

## Nova política da Petrobras faz um ano com menos reajustes e preços abaixo da paridade

**A** nova política comercial da Petrobras completa um ano nesta quinta-feira (16) com menos reajustes do que no governo Jair Bolsonaro (PL) e preços abaixo da paridade de importação. Apesar das elevadas defasagens atuais, a estatal descarta aumentos.

A mudança na precificação dos combustíveis foi uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que queria "abrasileirar" os preços após anos de críticas sobre os elevados valores cobrados pela empresa durante a gestão Bolsonaro.

Na nova estratégia, a Petrobras deixou de seguir apenas o conceito de paridade de importação -que simula quanto custaria para importar os produtos- incluindo

em seus parâmetros também o custo de combustíveis concorrentes, como etanol ou diesel importado.

O novo modelo resultou em um menor número de reajustes, em relação à estratégia anterior. Desde maio de 2023, a Petrobras mexeu quatro vezes no preço da gasolina, três para baixo e uma para cima. Em 2021, foram 18 e em 2022, dez vezes.

Em geral, segundo análise da consultoria Leggio, a Petrobras levou cerca de um mês para repassar defasagens após a mudança na política. Desde então, os preços da gasolina e do diesel nas refinarias da estatal oscilaram em torno de 5% abaixo da paridade de importação.

Houve sobressaltos nos primeiros meses, com a troca de etanol pela gasolina mais barata ou relatos sobre difi-

culdades de acesso a diesel importado, mas a política tem sido bem aceita pelo mercado, que vê ainda margens de lucro saudáveis e uma maior competitividade da estatal.

"A estratégia comercial de praticar preços levemente abaixo do PPI [preço de paridade de importação] permite à Petrobras competir no mercado de forma sustentável com os importadores, mantendo a participação de mercado", diz o sócio da Leggio, Marcus D'Elia.

A maior competitividade tem garantido à estatal elevado uso de sua capacidade de refino. No primeiro trimestre de 2024, mesmo com paradas para manutenção, a companhia operou suas refinarias com 92% da capacidade, sete pontos percentuais a mais do que no primeiro trimestre de 2023.

Folhapress



### Economia



**Setor de serviços avança 0,4% em março e recupera queda de fevereiro**

Página - 03

### Política

**Lira vai consultar Leite sobre projetos para o RS, dizem fontes**

Página - 04

**Ata dissipou desconfiança de divisão político Copom, diz Haddad**

Página - 04

**BC vê alta de expectativas de inflação e não indica corte de juros**

Página - 03



**Petrobras só comprará 100% da Braskem em caso de risco extremo, diz diretor**

Página - 12



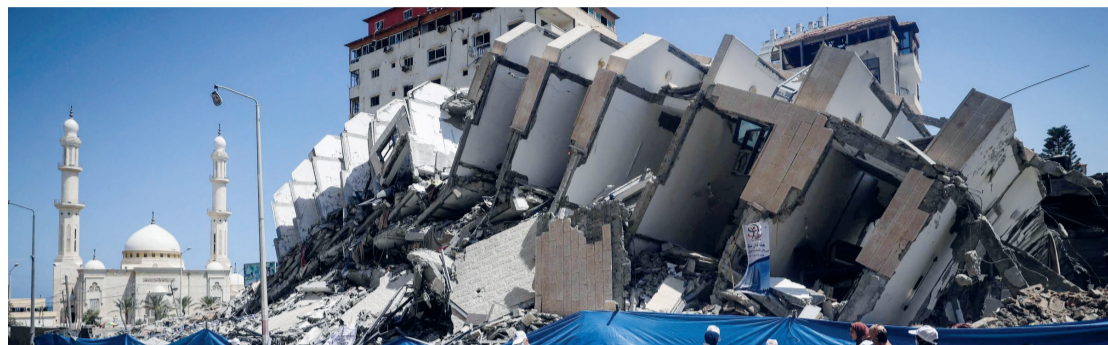
**Gol perde demanda e vê lucro virar prejuízo no 1º trimestre**

Página - 12



## No Mundo

### Novos bombardeios israelenses deixam mais de 80 mortos em Gaza, afirma Hamas



**B**ombardeios israelenses na Faixa de Gaza ao longo da terça-feira (14) deixaram mais de 80 mortos, anunciou o grupo terrorista Hamas. A ofensiva sobre Rafah continua, apesar de esforços dos Estados Unidos de dissuadir Tel Aviv de lançar uma grande operação terrestre na cidade do sul do território palestino.

Na madrugada, testemunhas relataram ataques em várias regiões de Gaza, incluindo Rafah, onde quase 1,4 milhão de palestinos se aglomeraram, a grande maioria de deslocados internos.

Com os 82 mortos divulgados nesta terça, subiu para 35.173 o número de mortos, na maioria civis, desde o início da guerra, informou o Mi-

nistério da Saúde do Hamas. Desse total, 24.686 já tiveram suas identidades checadadas e confirmadas pelo ministério até o dia 30 de abril: 7.797 crianças (32%), 4.959 mulheres (20%), 10.006 homens (40%) e 1.924 idosos (8%), de acordo com o Ocha (Escritório da ONU para a Coordenação de Assuntos Humanitários).

Há combates no leste de Rafah, onde as tropas israelenses entraram com tanques em 7 de maio e tomaram o posto de fronteira homônimo, por onde entrava boa parte da ajuda humanitária aos civis palestinos. Segundo o Qatar, um dos países que fazem a mediação diplomática entre Israel e Hamas, Gaza não recebe nenhum comboio com mantimentos desde o dia 9.

O Exército israelense ordenou a saída de civis da área leste da cidade no dia 6; desde então, de acordo com a ONU, quase 450 mil foram deslocados.

“Os ataques aéreos são contínuos. É muito assustador. Estou com medo pelos meus filhos”, disse à AFP Hadil Radwane, 32, deslocado do oeste de Rafah. Moradores dessa região de Rafah disseram mais tarde que podiam ver colunas de fumaça subindo dos bairros a leste.

No norte de Gaza, os palestinos também foram orientados a deixar algumas áreas após a retomada dos combates, especialmente em Jabalia e na Cidade de Gaza, onde, segundo Tel Aviv, o Hamas está tentando “repor suas capacidades militares”. Folhapress

### Inflação na Argentina cai para um dígito em abril, a 8,8%, em vitória para Milei

**E**sta é uma semana de desafios, mas também de boas notícias para o presidente Javier Milei. Ele não só ganhou elogios (não nominais) do FMI (Fundo Monetário Internacional), como também viu a inflação, o drama argentino, desacelerar pelo quarto mês seguido.

Os aguardados dados divulgados na tarde da terça-feira (14) pelo instituto de estatísticas argentino, o Indec, colocam a inflação mensal de abril em 8,8%. É a primeira vez desde outubro passado que o índice fica em um dígito. E essa era uma das promessas de Milei.

O ultraliberal, que tem promovido um ajuste fiscal apelidado de “choque”, assumiu a Casa Rosada num mês de pico inflacionário: o dado mensal de dezembro passado ficou em 25,5%. A partir de então, a inflação foi a 20,6% (janeiro), a 13,2% (fe-

vereiro) e a 11% (março). A tarefa de levá-la a um dígito era alardeada pelo governo.

A inflação de abril veio a público um dia após o FMI anunciar que a oitava rodada de negociação da dívida argentina vai muito bem. Com o argumento de que o governo apresentou resultados melhores do que os esperados, o organismo financeiro internacional deve em junho chancelar a liberação de US\$ 800 milhões (R\$ 4,1 bilhões).

O fundo também teceu elogios à atual rigidez fiscal, num discurso que, comedido, até lembra os argumentos dos ministros de Milei: “Ainda que tenha herdado uma situação econômica e social difícil e extremamente complexa, a firme implementação do plano de estabilização pelas autoridades permitiu avançar rápido no restabelecimento da estabilidade macroeconômica”.

Folhapress



### Novo míssil nuclear de submarinos da Rússia entra em serviço



**U**ma semana depois de o presidente Vladimir Putin ameaçar o Ocidente com uma guerra nuclear devido ao conflito de interesses em torno da invasão da Ucrânia, a Rússia anunciou que enfim conseguiu colocar em serviço o RSM-56 Bulava.

Trata-se do novo míssil balístico intercontinental lançado por submarinos, conhecido pela sigla inglesa SLBM, uma das armas mais terríveis já concebidas pelo homem.

O Ministério da Defesa russo apenas informou que o modelo está operacional, após uma longa e atribulada história de desenvolvimento que incluiu um recall vexa-

tório, após ter sido anunciado em uso em 2013.

Putin tem usado a carta nuclear desde que invadiu o vizinho, em 2022, e recentemente voltou a sugerir que o apoio ocidental a Kiev pode levar a um conflito atômico. Com russos e americanos dividindo 90% do arsenal global de 12.500 armas, o prognóstico caso a retórica vire realidade é sombrio.

Na prática, ele quer coibir a entrega de armas mais sofisticadas aos ucranianos, o que tem conseguido em grande medida. A situação se agravou depois que o Reino Unido sugeriu que seus mísseis de cruzeiro poderiam ser usados por Kiev contra alvos

na Rússia, enquanto a França disse que poderia enviar tropas à Ucrânia.

Putin respondeu com ameaça e o anúncio de um exercício nuclear tático, que emprega armas de forma a atingir alvos militares limitados, em oposição às forças estratégicas, que visam ganhar guerras.

O Bulava (maça, a arma medieval, em russo) é um míssil estratégico de última geração, e segundo especialistas tem uma capacidade de manobra em sua fase de ataque terminal superior a outros modelos russos e ocidentais, o que o torna ainda mais difícil de ser interceptado.

Igor Gielow/Folhapress

**Jornal Data Mercantil Ltda**

Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000  
Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



## Setor de serviços avança 0,4% em março e recupera queda de fevereiro



O setor de serviços avançou 0,4% em março, depois de cair 0,9% no mês anterior. Com o resultado, a taxa ficou 12,1% acima do nível registrado no período da pré-pandemia, em fevereiro de 2020. E ficou 1,5% abaixo do ponto mais alto da série histórica, em dezembro de 2022. Os dados são da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada nesta terça-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na comparação do acumulado para o primeiro trimestre de 2024, com igual período de 2023, o setor apresentou crescimento de 1,2%. Já nos últimos 12 meses, a alta é de 1,4%.

Das cinco atividades investigadas, quatro tiveram expansão. Com crescimento de 4%, o setor de informação e comunicação foi o principal destaque para o mês, eliminando a perda de 2,5% registrada em fevereiro. Desde janeiro de 2017 que a atividade não tinha um avanço tão intenso. Naquele momento, a alta atingiu 8,2%. Outro comportamento positivo, em março de 2024, é que o setor também alcançou o patamar mais alto da série histórica.

De acordo com o gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo, as altas de um conjunto de serviços investigados dentro de serviços de tecnologia da informação são o motivo da expansão. Entre eles estão desenvolvimento e licencia-

mento de software, portais, provedor de conteúdo e ferramenta de busca da internet e consultoria em tecnologia da informação (TI).

“São tipos de serviços que têm um mercado muito dinâmico, que envolve muita inovação, principalmente depois da pandemia, quando acelerou a informatização de muitas empresas e serviços”, explica publicação do IBGE, pontuando ainda que o segmento de receita de empresas de TV aberta colaborou com a alta dessa atividade. A atividade de profissionais, administrativos e complementares também teve desempenho importante e registrou alta de 3,8%. Com isso, se recupera da queda de 2,1% no mês anterior. Cristina Índio do Brasil/ABR

## Turistas brasileiros investem nos EUA para driblar IOF

Com o dólar acima dos R\$ 5 e IOF (imposto sobre operações financeiras) de 4,38% nas compras com o cartão de crédito no exterior, turistas brasileiros passaram a investir nos Estados Unidos para baratear os gastos lá fora. Além das transferências para as contas investimento usarem a cotação do dólar comercial, que é mais barata que o turismo, o IOF sobre essas remessas é bem menor: de 0,38%.

Segundo dados do Banco Central, o volume de investimento de brasileiros no exterior saltou quase 30 vezes nos últimos 20 anos. Em 2003, esse fluxo era de apenas R\$ 1,6 bilhão. Em 2023, somou R\$ 46 bilhões. Em termos líquidos, as transações saíram de um saldo negativo de US\$ 179 milhões para US\$ 4,5 bilhões positivos, no mesmo intervalo.

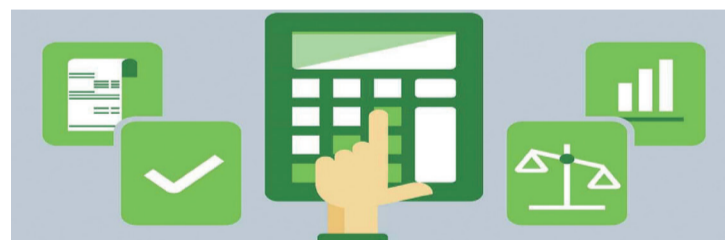
“A vantagem da custódia do exterior é estar atrelado à moeda forte, com jurisdição internacional e leis diferentes, protegendo o patrimônio em país de primeira linha, podendo utilizar esse investimento para bancar as compras em viagem”, diz Alexandre Bri-

to, sócio e gestor da Finacap Investimentos.

De acordo com especialistas, a abertura deste mercado para além dos super-ricos possibilitou essa expansão. Hoje, muitos bancos e diversas fintechs oferecem contas transacionais (equivalente às contas correntes) e de investimento no exterior.

Segundo Glauber Mota, CEO da Revolut, a fintech britânica de conta global em breve também deve entrar nesse segmento, atendendo à demanda dos seus clientes. “O mais pedido é a remuneração do dinheiro em conta, para que o dólar ou o euro comprado não fique parado, e sim rendendo”, diz. Por ora, a Revolut oferta apenas criptomoedas.

No entanto, para aproveitar o IOF mais barato sem que a transação configure evasão fiscal, é necessário que o valor transferido fique investido por certo tempo. Segundo o C6 Bank, que também oferta ambas as contas em dólar, as transações entre a conta investimento e a conta transacional são monitoradas para evitar que o contribuinte recolha impostos de forma indevida. Julia Moura/Folhapress



## BC vê alta de expectativas de inflação e não indica corte de juros



O Copom do Banco Central mostrou preocupação com as expectativas de inflação acima da meta e, em meio a um cenário macroeconômico mais desafiador do que o previsto anteriormente, não prevê novos cortes na taxa Selic, os juros básicos da economia. Para os membros do colegiado, a extensão e a adequação de ajustes futuros na taxa “serão ditadas pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta”.

“O comitê, unanimemente, avalia que o cenário global incerto e o cenário doméstico marcado por resiliência na atividade e expectativas desancoradas demandam maior cautela”, diz a ata da última reunião do Copom, divulgada

na terça-feira (14). “A conjuntura atual, caracterizada por um estágio do processo desinflacionário que tende a ser mais lento, expectativas de inflação desancoradas e um cenário global desafiador, demanda serenidade e moderação na condução da política monetária”, acrescenta o BC.

O encontro ocorreu na semana passada e, pela sétima vez consecutiva, o Copom reduziu a Selic. No entanto, a velocidade do corte diminuiu. De agosto do ano passado até março deste ano, o Copom tinha reduzido os juros básicos em 0,5 ponto percentual a cada reunião. Dessa vez, a redução foi de 0,25 ponto percentual, para 10,5% ao ano.

Um dos principais motivos para a cautela do Copom

é a desancoragem das expectativas de inflação. Apesar de estar em queda, o índice ainda se encontra acima da meta estabelecida pelo Banco Central, alimentando a incerteza entre os agentes econômicos. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%. Além disso, as projeções para a inflação divulgadas no último Relatório de Inflação do BC, em março, apontam para uma diminuição da inflação em ritmo mais lento em 2024, pressionado pela alta dos preços de alimentos e combustíveis. Andreia Verdélio/ABR



## Publicidade Legal

### Lira vai consultar Leite sobre projetos para o RS, dizem fontes

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse para aliados que vai consultar o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), sobre o pacote de projetos prioritários que será apresentado a ele na terça-feira (14) pela Comissão Externa sobre Danos Causados pelas Enchentes no Rio Grande do Sul.

O colegiado foi criado em 2023 para debater os danos causados pelas chuvas no ano passado, mas também vai se dedicar à discussão da tragédia deste ano.

A lista conta com 99 projetos apresentados até a 0h da terça.

Entre os projetos está uma PEC 44/23 que reserva 5% das emendas parlamentares para uso em catástrofes e emergências naturais.

Na reunião de líderes desta terça-feira, Lira disse aos deputados que irá votar o Projeto de Lei Complementar da dívida do Rio Grande “tão logo” ele chegue à Câmara.

Parlamentares dizem reservadamente que esperavam que o PLC já estivesse pronto para ser avaliado na reunião de líderes.

CNN



Albriggs Defesa Ambiental S.A.					
CNPJ nº 04.050.400/0001-62 - NIRE 35300180879					
Relatório da Diretoria					
Srs. Acionistas: De acordo com as determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis dos exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2021 e 2020. Permanecemos a inteira disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.					
Balanço Patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)					
Ativo	31.12.2021	31.12.2020	Passivo		
Circulante		Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8.319	62.948	Fornecedores	6.818.196	5.338.005
Contas a receber	5.789.613	4.687.498	Empréstimos e Financiamentos	8.537.994	4.849.510
Estoques	1.554.263	1.660.112	Obrigações trabalhistas	1.571.319	1.884.546
Impostos a recuperar	446.531	404.346	Obrigações tributárias	2.803.715	2.118.281
Adiantamento a Fornecedor	557.559	567.848	Adiantamento de clientes	7.804.285	7.845.976
Outros Ativos a receber	9.863.304	11.017.812	Outras contas a pagar	481.497	634.358
	<b>18.219.589</b>	<b>18.400.564</b>		<b>28.017.006</b>	<b>22.670.676</b>
Não circulante		Não circulante			
Partes Relacionadas	20.507.620	8.141.373	Empréstimos e financiamentos	2.250.000	1.450.367
Impostos diferidos	327.901	327.901	Provisão para contingências	1.268.202	1.320.053
Outros Ativos a receber	1.275.357	1.249.562	Obrigações tributárias - Não Circulante	2.416.393	1.397.347
Depósitos e Bloqueios Judiciais	676.950	471.731	Parte Relacionadas - Passivo	13.238.257	8.415.291
Imobilizado	7.234.098	8.824.844	Outras Contas a Pagar	278.733	278.887
Intangível	4.152.326	4.152.326			
	<b>34.174.252</b>	<b>23.167.737</b>			
			Patrimônio Líquido		
			Capital Social	9.550.000	9.550.000
			Reserva Legal	423.652	423.652
			Lucro/prejuízos acumulados	(5.048.402)	(3.937.972)
			<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>4.925.250</b>	<b>6.035.680</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>52.393.841</b>	<b>41.568.301</b>	<b>Total Passivo</b>	<b>52.393.841</b>	<b>41.568.301</b>
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020					
	Capital Social	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>9.550.000</b>	<b>423.652</b>	<b>(2.994.920)</b>	<b>6.978.732</b>	
Lucro ou (Prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	(943.052)	(943.052)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>9.550.000</b>	<b>423.652</b>	<b>(3.937.972)</b>	<b>6.035.680</b>	
Lucro ou (Prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	(817.885)	(817.885)	
Ajuste exercício anterior	-	-	(292.545)	(292.545)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>9.550.000</b>	<b>423.652</b>	<b>(5.048.402)</b>	<b>4.925.250</b>	
Apresentação das Demonstrações Contábeis					
As demonstrações contábeis foram elaboradas sob responsabilidade da Administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.					
Diretoria		Contador			
Marco Antonio Gutfreund Formicola	Valter Carmona	Roberto Luiz Ferreira	Contador - CRC 1-SP 108443/0-2		

## Ata dissipou desconfiança de divisão política no Copom, diz Haddad

A divulgação da ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) dissipou a desconfiança de uma divisão política entre os diretores do Banco Central (BC), avaliou na terça-feira (14) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele considerou o tom do documento “técnico e adequado”.

“A ata foi muito técnica, muito adequada, e está em linha com o que eu de fato esperava. Eu entendia que eram duas posições técnicas [corte de 0,5 ponto ou de 0,25 ponto percentual], respeitáveis, e a ata deixou claro que os argumentos de lado a lado eram pertinentes e defensáveis”, afirmou o ministro.

Segundo Haddad, o texto da ata “fala por si”. O ministro defendeu que o Banco Central deve mirar o centro da meta oficial de inflação, defi-

nida em 3,5% para este ano. A margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos só deve ser usada em situações excepcionais.

“A tensão do mercado se dissipou com a ata, conforme nós prevíamos. Tinha mais rumor do que verdade. Está tudo tranquilo agora. A ata fala por si mesma. É bem técnica e justifica os dois posicionamentos com muita clareza. Todo mundo que leu, entendeu que as questões estão bem colocadas”, argumentou o ministro.

Na semana passada, o Copom reduziu a Taxa Selic (juros básicos da economia) em apenas 0,25 ponto percentual, de 10,75% para 10,5% ao ano. Pela primeira vez desde o início do ciclo de baixas nos juros, a decisão não foi unânime, com o corte de 0,25 ponto sendo aprovado por 5 votos a 4.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, desempatou a decisão ao votar por um corte de 0,25 ponto. Além de Campos Neto, votaram por essa redução os diretores Carolina de Assis Barros (Relacionamento Institucional), Diogo Abry Guillen (Política Econômica), Otávio Ribeiro Damaso (Regulação) e Renato Dias de Brito Gomes (Organização do Sistema Financeiro), indicados pelo governo anterior.

Votaram por uma redução de 0,50 ponto percentual os diretores Ailton de Aquino Santos (Fiscalização), Gabriel Muricca Galípulo (Política Monetária), Paulo Picchetti (Assuntos Internacionais) e de Gestão de Riscos Corporativos) e Rodrigo Alves Teixeira (Administração), indicados pelo atual governo.

Segundo o texto da ata divulgada nesta terça, o principal ponto de divergência

entre os diretores do BC foi o impacto, sobre a credibilidade da autoridade monetária, de descumprir os comunicados anteriores, que apontavam corte de 0,5 ponto na reunião deste mês. Os diretores que votaram pelo corte de 0,25 ponto e o presidente Campos Neto entenderam que esse corte era condicionado à manutenção do cenário econômico, que mudou desde a reunião anterior, em março.

Os diretores, no entanto, concordaram em outros pontos, como a necessidade de haver uma política monetária contracionista (que restrinja a atividade econômica) e a preocupação com o crescimento das expectativas de inflação, com o cenário internacional mais adverso, com a persistência da inflação de serviços e com possíveis impactos do aquecimento do mercado de trabalho sobre os preços.

Wellton Máximo/ABR

**Movecta S.A.**

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 – NIRE 35.300.117.441

**Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19/04/2024 Data, Hora e Local:** 19/04/2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Convocação publicada no caderno impresso e digital do jornal *Data Mercantil*, presentes representantes de 97,42% do capital social. **Mesa:** Sra. Marielena Rodrigues Vasone, Presidente e Sr. Alceu Rodrigues Vasone, Secretário. **Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária:** (Item i) o Relatório da Administração, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social findo em 31/12/2023; (Item ii) a ratificação da distribuição de proventos, através de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP"), referentes ao período de 01/06/2023 a 31/12/2023; (Item iii) a proposta dos administradores para a destinação do lucro/resultado relativo ao exercício social findo em 31/12/2023; (Item iv) a aprovação da Distribuição de Dividendos no montante total de R\$ 9.602.896,94 na forma do Estatuto Social e na proporção do capital social e; constituição do montante correspondente à Reserva Legal equivalente à 5% do lucro apurado no exercício de 2023, no valor de R\$ 2.021.662,51; (Item v) a ratificação da distribuição de Dividendos Intermediários à acionista Preferencialista Localpar Participações S.A., no montante líquido de R\$ 3.065.533,66 e montante pago no dia 10/10/2023 ("Dividendos Intermediários"); (Item vi) a destinação dos dividendos remanescentes no montante de R\$ 6.537.363,18; (Item vii) a reeleição dos membros do Conselho de Administração; e (Item viii) a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2024. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (Item i) a renúncia do Sr. Piero Grassi Simone do cargo de Diretor Comercial; (Item ii) eleger o Sr. Aielton da Silva Vilas Boas ao cargo de Diretor de Operações; (Item iii) reeleger os demais diretores por mais 1 ano; (Item iv) apresentar a composição da Diretoria atual; (Item v) ratificar os atos praticados por Diretores e procuradores da Companhia; e (Item vi) a consolidação do Estatuto Social. **Deliberações tomadas por unanimidade: Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Aprovar as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023. 2. Ratificar a aprovação dos seguintes valores de Juros sobre Capital Próprio, referentes ao período de 01/06/2023 a 31/12/2023, no montante bruto de R\$ 2.771.154,69. 3. Aprovada a proposta da distribuição de Dividendos, no valor total de R\$ 9.602.896,94 ("Dividendos"), sendo parte já antecipados e distribuídos, e os valores remanescentes serem distribuídos aos acionistas, da seguinte forma: 3.1. Aprovada a constituição do montante correspondente à Reserva Legal equivalente à 5% do lucro apurado no exercício de 2023, no valor de R\$ 2.021.662,51. 3.2. Ratificada a antecipação da distribuição de Dividendos Intermediários à acionista Preferencialista Localpar Participações S.A., no montante líquido de R\$ 3.065.533,66, pago no dia 10/10/2023 ("Dividendos Intermediários"); 3.3. Aprovada a destinação dos dividendos remanescentes no montante de R\$ 6.537.363,18; da seguinte forma: R\$ 5.205.391,84 conforme proporção nas ações ordinárias e R\$ 1.331.971,34, conforme proporção da participação do capital social, nas ações Preferenciais, observado a cláusula 6.3.2 (ou seja, descontado o valor dos Dividendos Intermediários pagos em 10/10/2023). 4. Reeleger para compor o Conselho de Administração, com mandato que se inicia nesta data a se encerrar em julho de 2025 ou na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2025, o que ocorrer primeiro, os Srs.: (i) Sra. Marielena Rodrigues Vasone, RG nº 2.617.241-0 (SSP/SP), CPF/MF nº 255.275.618-21, ao cargo de Presidente do Conselho de Administração; (ii) Alceu Rodrigues Vasone, RG nº 11.000.676-8 (SSP/SP), CPF/MF nº 116.209.478-89, ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração; e; (iii) Rodrigo Casado Oliveira da Silva, RG nº 106278815, IPR/RJ, CPF/MF nº 082.754.707-22, ao cargo de membro do Conselho de Administração; (iv) José Antônio Miguel Neto, RG nº 13565120, SSP/SP, CPF/MF nº 052.393.918-31, ao cargo de membro do Conselho de Administração; e (v) José Florêncio Rodrigues, RG nº 1487678, SSP/SP, CPF/MF nº 484.364.021-20, ao cargo de membro do Conselho de Administração. 5. Os membros ora eleitos tomaram posse de seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse, declarando, que não estão impedidos por lei especial, ou condenados a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. 6. Aprovar a verba anual global para a remuneração dos administradores para o corrente exercício, no valor total de até R\$ 3.000.000,00. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Aprovar a eleição do Diretor de Operações, com mandato que se inicia nesta data e se encerrará em julho de 2025 ou na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que ocorrerá em 2025, o que ocorrer primeiro: (i) Aielton da Silva Vilas Boas, RG nº 09.465.515-6 RJ, CPF/MF nº 041.650.167-21, ao cargo de Diretor de Operações. 2. Os acionistas resolvem reeleger os demais Diretores da Companhia, com mandato que se inicia nesta data e se encerrará em julho de 2025 ou na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que será realizada em 2025, o que ocorrer primeiro, os Srs.: (i) Sr. Rodrigo Casado Oliveira da Silva, RG nº 106278815, IPR/RJ, CPF/MF nº 082.754.707-22, ao cargo de Diretor Presidente. (ii) Nicolas Bortoleto Oliveira, portador da cédula de identidade nº 30.597.435-x, e do CPF/MF nº 334.619.918-56, ao cargo de Diretor Financeiro. 3. A Diretoria da Companhia, com mandato que se inicia nesta data a se encerrará em julho de 2025 ou na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2025, o que ocorrer primeiro, passa a ser composta pelos seguintes membros: (i) Sr. Rodrigo Casado Oliveira da Silva, RG nº 106278815, IPR/RJ, CPF/MF nº 082.754.707-22, ao cargo de Diretor Presidente. (ii) Nicolas Bortoleto Oliveira, portador da cédula de identidade nº 30.597.435-x, e do CPF/MF nº 334.619.918-56, ao cargo de Diretor Financeiro. (iii) Aielton da Silva Vilas Boas, RG nº 09.465.515-6 RJ, CPF/MF nº 041.650.167-21, ao cargo de Diretor de Operações. 4. Os membros ora eleitos tomaram posse de seu cargo mediante assinatura dos termos de posse, declarando que não estão impedidos por lei especial, a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. 5. Os acionistas ratificam todos os atos já praticados até esta data por Diretores e procuradores da Companhia, com exceção de eventuais atos praticados em desconformidade com a lei e/ou de atos que envolverem a Companhia em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos seus objetivos sociais. 6. Resolvem os acionistas consolidar o Estatuto Social da Companhia. **Encerramento:** Nada mais a se tratar. São Paulo, 19/04/2024. **Mesa: Marielena Rodrigues Vasone** – Presidente; **Alceu Rodrigues Vasone** – Secretário. **Acionistas presentes:** Rodrigo de Godoy e Cintia Santana de Oliveira. **Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Duração, Sede e Objeto. Artigo 1º.** A Movecta S.A. ("Companhia"), nome fantasia "Movecta", é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **Artigo 2º.** A sede da Companhia é na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Guararapes, nº 1909 – 9º andar – Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04561-004. A Companhia poderá criar filiais, depósitos, agências, escritórios e outras dependências em qualquer localidade do País ou no exterior, mediante deliberação de sua Diretoria. **Parágrafo Único.** A matriz e as filiais da Companhia operam nos seguintes endereços e praticam as seguintes atividades: (i) Matriz: Rua Guararapes, nº 1909 – 9º andar – Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04561-004, NIRE 35.300.117.441 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.317.751/0001-16, com atividades de: (a) Atividades do operador portuário (52-31-1-02); e (b) Armazéns gerais (52.11-7-01); (ii) Filial: Rua Jair Afonso Inácio, nº 800, Jardim Santo Elias, São Paulo/SP, CEP 05136-040, com NIRE 35.902.660.232 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.317.751/0007-01, com atividades de: (a) Armazéns gerais (52.11-7-01); (b) Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda móveis (52.11-7-99); (c) Comércio atacadista de energia elétrica (35.13-1-00); (d) Transporte rodoviário de carga municipal (49.30-2-01); e) Transporte rodoviário de carga intermunicipal, interestadual e internacional (49.30-2-02); e (f) Transporte rodoviário de produtos perigosos (49.30-2-03); (iii) Filial: Rua Guararapes, nº 1909 – 9º andar – Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04561-004, com NIRE 35.901.562.725 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.317.751/0004-69, com atividades de: (a) Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo (82.19-9-99); (b) Armazéns gerais (52.11-7-01); e (c) Serviços combinados de escritório e apoio administrativo (CNAE 82.11-3/00); (iv) Filial: Via Santos Dumont, nº 999, Vicente de Carvalho, Guarujá/SP, CEP: 11.460-003, com NIRE 35.900.965.494 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.317.751/0002-05, com atividades de: (a) Armazéns gerais (52.11-7-01); (b) Atividades do operador portuário (52-31-1-02); (c) Transporte rodoviário de produtos perigosos (49.30-2-03); e (d) Comércio atacadista de energia elétrica (35.13-1-00); (v) Filial: Via Vereador Lydio Martins Correa, s/nº, Sítio Conceiçãozinha, Guarujá/SP, CEP 11436-010, com NIRE 35.903.904.992 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.317.751/0008-92, com atividade de: (a) Armazéns gerais (52.11-7-01); (b) Filial: Praça da República, nº 62, 14º andar, Cj. 143, Centro, Santos/SP, CEP: 11013-921, com NIRE 35.902.152.385 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.317.751/0006-20, com atividades de: (a) Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo (82.19-9-99); e (b) Armazéns gerais (52.11-7-01); (vii) Filial: Rua José Almeida, s/nº, Sala A, Jardim Conceiçãozinha, Guarujá/SP, CEP 11472-500, com NIRE 35.904.475.599 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.317.751/0009-73 com atividades de: (a) Transporte rodoviário de carga intermunicipal, interestadual e internacional (49.30-2-02); (b) Transporte rodoviário de carga municipal (49.30-2-01); (c) Transporte rodoviário de produtos perigosos (49.30-2-03); (d) Locação de automóveis sem condutor (77.11-0-00); (e) Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor (77.19-5-99); e (f) Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador (77.39-0-99); (g) Exercer a atividade de Operador de Transporte Multimodal – OTM (5250-8/05); (viii) Filial: Rua Francisco Reis, nº 1.205, Cordeiros, CEP 88311-740 Itajaí/SC, com NIRE 42.901.007.204 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.317.751/0013-50 e com atividades de: (a) Armazéns gerais (52.11-7-01); (b) Aluguel de outras máquinas e equipamentos. Los comerciais e industriais sem operador (77.39-0-99); (c) Locação de automóveis sem condutor (77.11-0-00); (d) Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor (77.19-5-99); (e) Transporte rodoviário de carga intermunicipal, interestadual e internacional (49.30-2-02); (f) Transporte rodoviário de produtos perigosos (49.30-2-03); (g) Transporte rodoviário de produtos perigosos (49.30-2-03); (h) Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios (27.10-4-01); (i) Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios (27.10-4-03); e (k) Comércio atacadista de energia elétrica (35.13-1-00); (ix) Filial: Avenida Portuária, s/nº, Km 10, Engenho Massangana, Ipojuca/PE, CEP 55590-000, com NIRE 26.900.619.912 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.317.751/0010-07 e com atividades de: (a) Armazéns gerais (52.11-7-01); (b) Organização logística do transporte de carga (52.50-8-04); (c) Transporte rodoviário de carga intermunicipal, interestadual e internacional (49.30-2-02); (d) Transporte rodoviário de carga municipal (49.30-2-01); e (e) Transporte rodoviário de produtos perigosos (49.30-2-03); e (f) Comércio atacadista de energia elétrica (35.13-1-00); (x) Filial: Distrito Industrial Portuário de Suape, Zona 3, s/nº, Bloco 06, Porto de Suape, Ipojuca/PE, CEP: 55.590-000, com NIRE 26.900.639.581 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.317.751/0014-30, com atividades de: (a) Transporte rodoviário de carga intermunicipal, interestadual e internacional (49.30-2-02); (b) Transporte rodoviário de carga municipal (49.30-

2-01); (c) Transporte rodoviário de produtos perigosos (49.30-2-03); (d) Locação de outros meios de transporte sem condutor (77.19-5-99); (e) Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador (77.39-0-99); (f) Armazéns gerais (52.11-7-01); (g) Atividades do operador portuário (52-31-1-02); (h) Locação de automóveis sem condutor (77.11-0-00); e (i) Escolta no transporte rodoviário de cargas (52.29-0-99); (j) Exercer a atividade de Operador de Transporte Multimodal – OTM (5250-8/05); (k) Filial: Rodovia Jorge Lacerda nº 725 e 785 – Módulo 03, no Bairro Espinheiros, Itajaí/SC, CEP 88.317-900, com NIRE 42.901.033.892 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.317.751/0015-11, com atividades de: (a) Transporte rodoviário de carga intermunicipal, interestadual e internacional (49.30-2-02); (b) Transporte rodoviário de carga municipal (49.30-2-01); (c) Transporte rodoviário de produtos perigosos (49.30-2-03); (d) Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador (77.39-0-99); (e) Armazéns gerais (52.11-7-01); (f) Locação de automóveis sem condutor (77.11-0-00); (g) Locação de outros meios de transporte sem condutor (77.19-5-99); e (h) Atividades do operador portuário (52-31-1-02); (xii) Filial: Rod BR 116, s/nº, Km 246, Cidade Alta, Lages, SC, CEP 88517-600, com NIRE 42.901.255.208 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.317.751/0016-00, com atividades de: (a) Transporte rodoviário de carga, intermunicipal, interestadual e internacional (49.30-2-02); (b) Carga e Descarga (52.12-5-00); (c) Exercer a atividade de Operador de Transporte Multimodal – OTM (5250-8/05); e (d) Armazéns gerais – emissão de warrant (52.11-7-01); (xiii) Filial: Rodovia Jorge Lacerda nº 725 e 785 – Módulo 03, no Bairro Espinheiros, Itajaí/SC, CEP 88.317-900, com NIRE 42.902.095.964 e CNPJ/MF nº 58.317.751/0017-83, com atividades de: (a) Armazéns Gerais – emissão de warrant (52.11-7-01); (b) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal (49.30-2-01); (c) Transporte rodoviário de carga, intermunicipal, interestadual e internacional (49.30-2-02); (d) Carga e descarga (52.12-5-00). **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto: (a) exercer as atividades de operações de terminais marítimos e fluviáveis, de uso público ou privado, envolvendo o armazenamento no parque portuário de mercadorias proveniente ou destinadas às embarcações, operação e gestão de equipamentos destinados a carga e descarga e a carga e descarga de embarcações (52.31-1-02); (b) exercer as atividades de armazenamento e depósito, inclusive em câmaras frigoríficas e silos, de todo tipo de produto, sólidos, líquidos e gasosos por conta de terceiros, inclusive agropecuários (52.11-7-01); (c) exercer as atividades de armazenamento e depósito, inclusive em câmaras frigoríficas e silos, de todo tipo de produto (sólidos, líquidos e gasosos), exceto armazéns gerais e guarda móveis, por conta de terceiros (52.11-7-99); (d) exercer a atividade de comércio atacadista de energia elétrica, inclusive importação e exportação, as atividades de corretores ou agentes de energia elétrica que intermediam a venda de eletricidade para sistemas de distribuição de eletricidade (35.13-1-00); (e) Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo (82.19-9-99); (f) exercer o transporte rodoviário de carga em geral, dentro do município (49.30-2-01); (g) exercer o transporte rodoviário de cargas em geral, intermunicipal, interestadual e internacional e o transporte intermunicipal, interestadual e internacional de cargas, em contêineres (49.30-2-02); (h) exercer o transporte rodoviário de produtos considerados perigosos com base no tipo de risco que apresentam (49.30-2-03); (i) exercer a atividade de locação e leasing operacional de automóveis sem condutor ou motorista (77.11-0-00); (j) exercer a atividade de locação e leasing operacional de quaisquer outros meios de transporte terrestre sem condutor, por período de curta ou longa duração (77.19-5-99); (k) exercer a atividade de aluguel e leasing operacional, de curta ou longa duração, de outros tipos de máquinas e equipamentos, elétricos ou não, sem operador (77.39-0-99); (l) atividades de fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, fabricação de peças e acessórios para geradores de corrente contínua e alternada, instalação, reparação e manutenção de geradores de corrente contínua e alternada (27.10-4-01); (m) exercer as atividades de fabricação de transformadores para transmissão e distribuição, inclusive microtransformadores, fabricação de indutores, conversores e semelhantes, fabricação de peças e acessórios para transformadores, indutores, conversores e semelhantes (27.10-4-02); (n) exercer as atividades de fabricação de motores e micromotores elétricos, fabricação de motores elétricos de tração para veículos ferroviários, fabricação de peças e acessórios para motores elétricos, instalação, reparação e manutenção de motores elétricos, instalação, reparação e manutenção de transformadores, indutores, conversores e semelhantes, quando executada pela unidade fabricante (27.10-4-03); (o) exercer a coordenação e desenvolvimento de projetos logísticos para o transporte de carga (52.50-8-04); e (p) Escolta no transporte rodoviário de cargas (52.29-0-99); (q) Exercer a atividade de Operador de Transporte Multimodal – OTM (5250-8/05); e (r) Serviços combinados de escritório e apoio administrativo (CNAE 82.11-3/00). **Capítulo II – Do Capital Social. Artigo 4º.** O capital social é de R\$ 659.383.520,70, inteiramente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, representado por um total de 945.299.101 ações, sendo 904.550.665 ações ordinárias e 40.748.436 ações preferenciais; todas nominativas e sem valor nominal. **§ 1º.** Cada ação ordinária corresponde ao seu titular um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas. **§ 2º.** As ações preferenciais farão jus a um dividendo preferencial mínimo de 6% ao ano, não cumulativos, sobre o valor do capital social representado por tal espécie de ações; e participarão na distribuição de ações novas, gratuitas, na proporção das ações possuídas e correspondentes ao aumento do capital social, pela incorporação de reservas facultativas, fundos disponíveis ou pela avaliação do ativo imobilizado. **§ 3º.** As ações preferenciais não receberão dividendos menores que aqueles pagos às ações ordinárias e não serão resgatadas. **§ 4º.** As ações preferenciais não terão direito a voto. **§ 5º.** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas" da Companhia. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas" da Companhia. Mediante solicitação de qualquer dos acionistas, a Companhia deverá emitir certificados de ações, assinados por 02 Diretores, podendo ser cobrado deste os respectivos custos. **Capítulo III – Assembleias Gerais. Artigo 5º.** As Assembleias Gerais de Acionistas serão realizadas ordinariamente uma vez por ano, nos 04 primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que necessário. **Artigo 6º.** As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. Na ausência de ambos, as Assembleias Gerais serão presididas por qualquer membro do Conselho de Administração, escolhido por maioria de votos dos presentes. O presidente da mesa escolherá o seu secretário dentre quaisquer dos presentes. **Artigo 7º.** A convocação, a instalação e as deliberações da Assembleia Geral obedecerão aos preceitos legais aplicáveis. **Artigo 8º.** Exceto se quorum maior for exigido pela legislação aplicável, as seguintes matérias de competência da Assembleia Geral serão tomadas por acionistas representando mais de 50% das ações ordinárias de emissão da Companhia: (a) alteração do estatuto social da Companhia, incluindo, mas não se limitando a aumentos ou reduções do capital social e alterações do objeto social; (b) resgate, amortização, conversão, desdobramento ou grupamento de ações de emissão da Companhia; (c) criação e emissão de partes beneficiárias na Companhia; (d) operações de transformação, fusão, cisão ou incorporação (inclusive de ações) envolvendo a Companhia, bem como qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia ou seus respectivos ativos; (e) participação da Companhia em grupos de sociedades; (f) propositura de medida judicial visando o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial e a declaração de autofalência da Companhia, ressalvada a hipótese do parágrafo único do artigo 122 da Lei das S.A.; (g) dissolução ou liquidação da Companhia, bem como cessação do estado de liquidação; (h) alteração da política de distribuição de dividendos e/ou no dividendo obrigatório da Companhia; e (i) destinação ao lucro líquido do exercício diversa da constante neste estatuto social. **Capítulo IV – Administração. Artigo 9º.** A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. **Artigo 10º.** A Assembleia Geral estabelecerá a remuneração anual global dos administradores da Companhia, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza e as verbas de representação, sem prejuízo da participação no lucro da Companhia, competindo ao Conselho de Administração a alocação individual da remuneração entre os administradores. **Parágrafo Único.** A remuneração dos administradores a ser fixada na forma do caput deste Artigo será estabelecida de acordo com padrões de mercado, tendo em conta as responsabilidades, qualificação técnica, o tempo dedicado à função, competência, experiência e reputação do administrador. **Artigo 11º.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos, nos respectivos cargos mediante termo de posse lavrado, respectivamente, em livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e livro de Atas das Reuniões de Diretoria, neles permanecendo até a eleição e posse de seus substitutos. No ato de assinatura do termo de posse, os membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia assinarão declaração de desimpedimento, na forma do § 1º do Artigo 147, da Lei das S.A., e a declaração de que tratam os §§ 3º e 4º do Artigo 147, da Lei das S.A. **Seção I – Conselho de Administração. Artigo 12º.** O Conselho de Administração será composto por no mínimo 03 e no máximo 09 membros, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 01 ano, podendo ser reeleitos. **§ 1º.** A Assembleia Geral que eleger o Conselho de Administração indicará seu Presidente e Vice-Presidente. **§ 2º.** O Presidente do Conselho indicará um dos membros deste, ou profissional externo, para a função de secretário do Conselho. **Artigo 13º.** Compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das atribuições previstas na legislação aplicável: (a) eleger, avaliar, fixar a remuneração e/ou compensação individual, destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que dispõe este Estatuto Social, bem como fixar a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, dos Diretores e dos membros dos Comitês que venham a ser criados pelo Conselho de Administração, dentro do limite máximo anual estabelecido pela Assembleia Geral; (b) prover direcionamento geral para a Companhia; (c) reaver, alterar e aprovar planos de negócios e/ou estratégicos para a Companhia; (d) reaver e aprovar orçamentos e investimentos uma vez ao ano na Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para este fim cabendo a diretoria executar o que foi aprovado; (e) definir limites de autorização da Diretoria com relação a valor de transações comerciais de venda e compra de empresas, produtos e serviços, limites de crédito, limites para empréstimos e para assinar de cheques; (f) aprovar a contratação de novos empréstimos ou a rolagem de dívidas em valores superiores a R\$ 3.000.000,00; (g) definir níveis de risco e estratégia financeira; (h) monitorar e avaliar o desempenho da Companhia; (i) relacionar-se com órgãos governamentais e outras entidades institucionais chave para os negócios da Companhia; (j) assegurar auditoria operacional e financeira adequada e que os sistemas de controle de gestão sejam efetivos; (k) assegurar que os sistemas e controles internos monitorem e assegurem os padrões éticos e legais; (l) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; (m) convocar Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das S.A.; (n) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (o) escolher ou destituir os auditores independentes, sempre dentre firmas de capacidade reconhecida internacionalmente, sendo tal contratação obrigatória para a Companhia, podendo consultar e solicitar recomendações ao Comitê de Auditoria e Finanças, se houver e estiver em funcionamento; (p) deliberar sobre a emissão, pela Companhia, de valores mobiliários conversíveis em ações de qualquer natureza e o montante, assim como seus termos e condições; (q) deliberar sobre recompra de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria ou cancelamento; (r) declarar e fixar as condições de pagamento de juros

sobre o capital próprio e a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares pela Companhia e propor à Assembleia Geral a destinação dos lucros líquidos do exercício; (s) eleger e destituir os membros do Comitê de Auditoria e Finanças da Companhia e de outros comitês que venham a ser criados pelo Conselho de Administração; (t) deliberar sobre a aquisição (por subscrição ou outra forma), transferência (por alienação ou outra forma), renúncia, bem como a constituição de ônus, por qualquer forma, direta ou indiretamente, das ações/quotas do capital das Subsidiárias detidas pela Companhia, ou de direitos decorrentes das referidas ações/quotas ou atribuídos às mesmas; (u) deliberar sobre qualquer transação ou contrato entre, de um lado, a Companhia e/ou suas Subsidiárias, e de outro, quaisquer administradores ou acionistas da Companhia ou Partes Relacionadas aos acionistas ou administradores da Companhia; (v) deliberar sobre a prestação, pela Companhia, de garantia em obrigações de Subsidiárias; (w) deliberar sobre a instituição, alteração ou extinção de plano de bônus e/ou de opção de ações, no âmbito da Companhia ou das Subsidiárias; (x) deliberar sobre a celebração de qualquer contrato de empréstimo pela Companhia, ou a assunção de qualquer obrigação pela Companhia ou a realização de qualquer investimento, gasto ou despesa em montante superior ao que vier a ser estabelecido pelo Conselho de Administração, nos termos da alínea (e) acima; (y) aprovar a contratação e subcontratação de assessores financeiros e/ou legais pela Companhia para a colocação pública ou privada de ações e outros valores mobiliários da Companhia, podendo consultar e solicitar recomendações ao Comitê de Auditoria e Finanças, se houver e estiver em funcionamento; (z) determinar o voto da Companhia como acionista ou quotista das Subsidiárias com relação às matérias listadas neste artigo, bem como às listadas no artigo 8º deste Estatuto Social; (aa) autorizar a aquisição, alienação, disposição ou oneração de bens móveis, imóveis e valores mobiliários, podendo estabelecer e delegar poderes, no limite igual ou superior R\$ 3.000.000,00; (bb) manifestar-se sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral; (cc) autorizar a negociação, celebração ou alteração de contrato entre a Companhia e seus acionistas, diretamente ou por meio de sociedades interpostas ou, ainda, sociedades de que participem, direta ou indiretamente; (dd) aprovar as políticas e outras normas integrantes do Sistema de Governança Corporativa da Companhia; e (ee) deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto. **Parágrafo Único.** Os termos abaixo indicados, quando utilizados neste Estatuto Social com iniciais em letra minúscula, tanto no singular como no plural, terão o seguinte significado: I – "Subsidiária" significa qualquer sociedade na qual a Companhia detenha ou venha a deter, direta ou indiretamente, ações, quotas ou quaisquer outros títulos conversíveis ou permutáveis em ações ou quotas. II – "Partes Relacionadas" significa, (a) em relação a qualquer pessoa física, (i) seu cônjuge, ex-cônjuge, companheiro ou ex-companheiro em regime de união estável ou equivalente, colaterais até o 4º grau, ascendentes e descendentes, enteados, herdeiros e legatários; (ii) qualquer pessoa jurídica, direta ou indiretamente, Controlada por ou sob Controle comum com tal pessoa física; (b) em relação a qualquer pessoa jurídica, direta ou indiretamente, (i) qualquer sociedade Controlada por tal pessoa ou sob Controle comum com tal pessoa, (ii) qualquer pessoa que a Controle; (iii) qualquer acionista, quotista, administrador de referida pessoa ou das pessoas referidas nos itens (b) (i) e (ii), na data em que o conceito seja aplicado; (iv) o cônjuge, ex-cônjuge, companheiro ou ex-companheiro em regime de união estável ou equivalente, colaterais até o 4º grau, ascendentes e descendentes, enteados, herdeiros e legatários das pessoas referidas nos itens (b) (i) e (ii); observado que "Controlar" terá significado que lhe é atribuído pelo Artigo 116 da Lei das S.A. **Artigo 14º.** O Conselho de Administração reunir-se-á em caráter ordinário, pelo menos uma vez a cada mês, baseado em calendário anual determinado pelo Presidente deste e, extraordinariamente, sempre que necessário e solicitado por qualquer Conselho e/ou pelo secretário do Conselho. **Artigo 15º.** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente deste, mediante convocação por carta, fax ou e-mail com antecedência mínima de 08 dias úteis e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados e de todos os documentos relacionados às deliberações a serem tomadas. **Artigo 16º.** As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros, pessoalmente. **Artigo 17º.** As Reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo seu Presidente ou, na ausência deste, pelo seu Vice-Presidente. Na ausência de ambos, as Reuniões do Conselho de Administração serão presididas por qualquer dos conselheiros, escolhido por maioria de votos dos presentes. **Parágrafo Único.** Na ausência do Vice-Presidente do Conselho ou caso o Vice-Presidente do Conselho seja o presidente da mesa, este deverá indicar um dos membros do Conselho presentes para secretariar a reunião. **Artigo 18º.** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos conselheiros eleitos. **Artigo 19º – Membros do Conselho poderão perder seus mandatos se:** (a) Faltarem a 02 reuniões de caráter ordinário seguidas; (b) Faltarem a 03 reuniões de caráter ordinário durante o mandato; (c) Faltarem a mais de 50% das reuniões ordinárias e extraordinárias ocorridas nos últimos 120 dias. **§ 1º.** Nestes casos, Reunião Extraordinária do Conselho de Administração será convocada em 5 dias úteis, para votação por maioria simples pela proposição de perda do mandato e, se for o caso, solicitação à Assembleia Geral para substituir o membro, podendo a proposição conter, inclusive, porém sem limitação, a indicação de nome para substituição. **§ 2º.** Se a vaga for do cargo de Presidente do Conselho de Administração, será a substituição feita pelo Vice-Presidente, até a eleição do novo Presidente, na forma do caput deste Artigo 19. **Seção II – Diretoria. Artigo 20º.** A Diretoria será composta de 2 a 6 membros, acionistas ou não, residentes no País, sem distinção de sexo e eleitos cada qual pela Assembleia Geral para mandato de 3 anos, sendo: (a) 1 Diretor Presidente; (b) 1 Diretor de Relações Institucionais; (c) 1 Diretor de Operações; (d) 1 Diretor Financeiro; (e) Diretor Comercial; e (f) 1 Diretor Jurídico. **Parágrafo Único.** A critério do Conselho de Administração, um ou mais membros poderão ser nomeados, cabendo designar outro membro para acumular os papéis e responsabilidades do membro não nomeado. **Artigo 21º.** As reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer Diretor com pelo menos 03 dias de antecedência de sua realização, mediante aviso escrito, e serão realizadas na sede social da Companhia, em horário comercial. **Artigo 22º.** Compete à Diretoria, como órgão Colegiado: (a) propor o orçamento anual da Companhia e executar o orçamento aprovado pelo Conselho de Administração; (b) decidir sobre assuntos que lhe forem submetidos pelos Conselheiros; (c) cumprir e fazer cumprir a política e a orientação geral dos negócios da Companhia estabelecidos pelo Conselho de Administração; (d) aprovar as normas de pessoal e quaisquer outras normas internas da Companhia, em consonância com a política geral aprovada pelo Conselho de Administração; (e) autorizar a aquisição, alienação, disposição e oneração de bens móveis, imóveis e valores mobiliários, podendo estabelecer e delegar poderes, sem prejuízo da competência específica do Conselho de Administração prevista neste Estatuto, no limite unitário de até R\$ 3.000.000,00 ou no conjunto deles não podendo exceder R\$ 3.000.000,00; (f) aprovar a contratação de empréstimos e operações financeiras pela Companhia, incluindo derivativos e a emissão de notas promissórias para distribuição pública, com valor máximo unitário ou em conjunto de exposição de até R\$ 3.000.000,00; e (g) elaborar, em cada exercício, os relatórios de administração, as demonstrações financeiras e a proposta sobre a destinação dos lucros da Companhia a serem submetidas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral. **§ 1º.** Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, compete à Diretoria não só gerir o valor estabelecido nos orçamentos e desenvolvimento e manutenção do bom relacionamento com os clientes, agentes, representantes comerciais e prestadores de serviços da Companhia, como também: I – ao Diretor Presidente, as funções de: (a) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (b) presidir as reuniões da Diretoria; (c) elaborar e recomendar o plano estratégico da Companhia; (d) Recursos Humanos; e (e) representar a Companhia em conjunto com outro Diretor ou procurador devidamente constituído da Companhia, nos termos do Artigo 25 deste Estatuto Social. II – ao Diretor de Relações Institucionais, as funções de: (a) representar os interesses da Companhia perante órgãos e entidades governamentais, entidades de classes e terceiros; (b) estabelecer comunicações, com o desenvolvimento de relacionamentos e implementação de ações em benefício da Companhia; (c) manter relações com o público externo, criando mecanismos de integração com entidades governamentais e organizações não governamentais de qualquer tipo. III – ao Diretor de Operações, as funções de: (a) logística; (b) operações de armazenamento e transporte; (c) engenharia e manutenção; e (d) risco patrimonial. IV – ao Diretor Financeiro, as funções de: (a) Tesouraria; (b) Planejamento e Controle; (c) Custos e Contabilidade; (d) Fiscal; (e) Faturamento; (f) Relacionamento com Bancos e Instituições de Financiamento e Fomento; (g) elaboração e execução de programas financeiros quando aprovados pela Diretoria; (h) Suprimentos; (i) Tecnologia da Informação; e (i) representar a Companhia em conjunto com outro Diretor ou procurador devidamente constituído da Companhia, nos termos do Artigo 25 deste Estatuto Social. V – ao Diretor Comercial, as funções de: (a) desenvolvimento de novos negócios; (b) Inteligência de Mercado; e (c) definir, em conjunto com o Diretor Presidente, a política comercial da Companhia. VI – ao Diretor Jurídico, as funções de: (a) zelar pela devida observância dos padrões legais; (b) coordenar e supervisionar o departamento jurídico da Companhia; (c) coordenar os Assuntos Legais e Regulatórios; (d) definir as estratégias jurídicas e processuais a serem adotadas pela Companhia; e (e) representar a Companhia em conjunto com outro Diretor ou procurador devidamente constituído da Companhia, nos termos do Artigo 25 deste Estatuto Social. **§ 2º.** A Diretoria fica investida dos poderes que a lei lhe conferir, para a administração e realização dos negócios da sociedade, podendo, sempre respeitando o presente Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral, praticar todos os atos e assinar todos os contratos, atos, instrumentos que se relacionem com o objeto social, bem como representar a sociedade em Juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, sempre exercendo seus poderes de acordo com a lei, este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral, bem como, as disposições contidas em Acordo de Acionistas arquivados na Companhia, se houver. **Artigo 23º.** Nos impedimentos temporários, licenças ou férias, excedentes a 30 dias consecutivos, observa-se o seguinte: os Diretores substituir-se-ão por quem o Diretor Presidente ou, na ausência deste, o Diretor Financeiro indicar dentre os demais Diretores. **Artigo 24º.** Vagando-se qualquer cargo da Diretoria, o Conselho de Administração elegerá o substituto para completar o mandato em curso e indicará membro atual para acumular as funções do cargo vago, observando o disposto no Artigo 23 deste Estatuto Social. **Artigo 25º.** Observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, a representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, compete a: (i) 2 Diretores em conjunto; ou (ii) 1 Diretor em conjunto com 1 procurador devidamente constituído por meio de procuração para ato específico; exceto nos casos previstos nos parágrafos 1º e 2º deste artigo. **§ 1º.** Para a prática dos atos abaixo indicados, desde que aprovados pelo Conselho de Administração nas formas descritas na Seção I do Capítulo IV, a Companhia será representada em conjunto por 2 Diretores: (a) a representação da Companhia em operações que individualmente envolvam bens, obrigações, prestação de garantias ou avais, constituição de ônus reais sobre bens do ativo, empréstimos, contratos de financiamento e outros negócios jurídicos que representem valores superiores aos que vierem a ser estabelecidos pelo Conselho de Administração, nos termos do Artigo 13 (e) acima, bem como as alienações de imóveis da Companhia; (b) a celebração, ou rescisão de contratos

continua ...

... continuação da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19/04/2024 da Movecta S.A.

e obrigações de qualquer natureza entre a Companhia e quaisquer dos administradores e/ou acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como outras sociedades nas quais os administradores e/ou o acionista Controlador tenham interesse, em qualquer caso que venham a envolver valores superiores aos que vierem a ser estabelecidos pelo Conselho de Administração, nos termos do Artigo 13 acima. **§ 2º.** Excepcionalmente ao previsto no caput desse artigo, a Companhia poderá obrigá-lo mediante assinatura individual de 1 único Diretor ou 1 único procurador, devidamente constituído por meio de procuração para ato específico. **§ 3º.** As procurações outorgadas em nome da Companhia o serão sempre por 2 Diretores em conjunto, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais e/ou outorgadas no âmbito de processos administrativos, que poderão ser outorgadas por maior prazo ou por prazo indeterminado, deverão ter um período máximo de validade de 1 ano. **§ 4º.** Na ausência de determinação de período de validade nas procurações outorgadas pela Companhia, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 1 ano. **Artigo 26.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos, hipoteca, penhor, alienação fiduciária ou quaisquer outras garantias reais ou fidejussórias em favor de terceiros, salvo quando nos limites das

alcadas descritas neste Estatuto Social ou expressamente autorizados pela Assembleia Geral de Acionistas ou quando destinadas a Subsidiárias, estes desde que expressamente autorizados pelo Conselho de Administração. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 27.** A Companhia terá um Conselho Fiscal quando instalado, na forma da lei, composto por 03 membros e respectivos suplentes, acionistas ou não, residentes no País e eleitos em Assembleia Geral, podendo ser reeleitos. **Parágrafo Único.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Artigo 28.** Os membros suplentes do conselho fiscal substituirão os respectivos membros titulares em caso de vacância do cargo ou impedimento temporário. **Capítulo VI – Exercício Social, Lucro e sua Destinação. Artigo 29.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparadas. **Artigo 30.** Do lucro líquido apurado no exercício será deduzida a parcela de 05% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. **Artigo 31.** O lucro líquido remanescente do exercício terá a seguinte destinação sequencial: a) parcela destinada ao pagamento de dividendo mínimo prioritário dos acionistas detentores de ações preferenciais, nos termos deste Estatuto Social; b) parcela destinada ao pagamento de dividendo às ações ordinárias; c) computadores o valor total dos dividendos referidos nas letras b) e c) dos lucros remanescentes, se houver, pagar-se-á por complementação as ações preferenciais e ordinárias, a importância necessária a fim que o dividendo total atinja a 25% do lucro líquido do exercício para ambas as espécies de ações; d) o saldo

remanescente, após as distribuições determinadas neste artigo, ficará à disposição da Assembleia geral que deliberará sobre sua destinação, podendo retê-lo, com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das S.A. **Artigo 32.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, ad referendum da Assembleia Geral, levantar balançantes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, declarar, por deliberação do Conselho de Administração, e pagar dividendos intermediários, intercalares ou juros sobre capital próprio à conta de lucros do exercício corrente ou de reserva de lucros de exercícios anteriores. **Capítulo VII – Dissolução, Liquidação e Extinção. Artigo 33.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante. **Capítulo VIII – Disposições Gerais. Artigo 34.** A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral e das Reuniões do Conselho de Administração abster-se de computar votos contrários aos seus termos, conforme o Artigo 118 da Lei das S.A. São Paulo, 19/04/2024. **Mesa: Mariena Rodrigues Vasone** – Presidente; **Alceu Rodrigues Vasone** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 197.772/24-9 em 08/05/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

## Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

CNPJ/MF nº 13.743.550/0001-42 – NIRE 35.300.457.323 – Vinhedo – São Paulo

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de março de 2024**  
**Data, Hora e Local:** 27/03/2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada, em razão de estar presente a única acionista da Companhia. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Roberto Rio Branco Nabuco de Gouvêa** e secretariados por Sr. **Gilson Roberto Granzier. Ordem do Dia: 1º)** Proposta de aumento do capital social; e **2º)** Inclusão de numeração e alteração da denominação do logradouro da filial da Cidade de Paulínia-SP, na Rua Sebastião Cardoso s/n, Parque Brasil 500, CNPJ/MF nº 13.743.550/0028-62. **Deliberações 1º)** Aprovada a proposta de aumento do capital social, que é aumentado de R\$ 1.904.560.107,00, para R\$ 2.254.079.970,00, aumento este no valor de R\$ 349.519.863,00, mediante a emissão de 199.060.280 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e de 150.459.583 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Tal aumento foi totalmente subscrito e integralizado pela acionista **Ascenty Holding Brasil S.A.**, em razão do aumento do capital, a acionista aprovou a seguinte redação do Artigo 5º do Estatuto Social: **Artigo 5º.** O capital social é de R\$ 2.254.079.970,00, dividido e representado por 1.283.754.768 ações ordinárias e 970.325.202 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. **§ 1º.** A cada ação ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. Exceto se de outra forma disposto no presente Estatuto Social, as decisões das acionistas serão tomadas por maioria absoluta de votos, ou seja, os votos correspondentes a mais da metade do capital social. **§ 2º.** As ações preferenciais não conferirão a seu(s) titular(es) o direito a voto, porém serão assegurados os seguintes direitos às ações preferenciais: (a) prioridade no reembolso do capital sem prêmio, em caso de dissolução e liquidação da Companhia; (b) conversão voluntária das ações preferenciais em ações ordinárias, na proporção de uma ação preferencial para uma ação ordinária, exceto no caso de conversão automática de ações preferenciais em ações ordinárias na eventualidade de uma abertura de capital, de acordo com este Estatuto Social, desde que seja aprovada por acionistas representando, no mínimo, 75% do capital social; e (c) direito à distribuição de dividendos nas mesmas proporções, condições e montantes aplicáveis às ações ordinárias. **§ 3º.** Mediante deliberação da Assembleia Geral, poderão ser criadas novas classes de ações. **§ 4º.** É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **§ 5º.** As ações são indivisíveis com relação à Companhia. **§ 6º.** – A totalidade das ações de emissão da Companhia estão alienadas fiduciariamente e sujeitas a restrições de transferência, de oneração e de voto, na forma prevista no "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças – Ascenty Data Centers" firmado em 20/12/2018, entre, Digital Stellar Holding, LLC, Digital Stellar Sub, LLC, TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda., e a Companhia (conforme alterado de tempos em tempos, "Contrato de Alienação Fiduciária"), do qual uma cópia se encontra arquivada na sede da Companhia. Até a integral quitação das Obrigações Garantidas (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária), tais ações deverão sempre corresponder a 100% do capital social total da Companhia; e **2º)** A acionista apreciou e aprovou a inclusão de numeração e a alteração da denominação do logradouro da filial da Companhia em Paulínia-SP, na Rua Sebastião Cardoso s/n, Parque Brasil 500, CNPJ/MF nº 13.743.550/0028-62, que passa a vigorar com a seguinte denominação: "Cidade de Paulínia, Estado de São Paulo, na Rua Sebastião Cardoso nº 350, S/D, Lote A, Parque Brasil 500, CEP 13141-005". Em virtude de tal aprovação, a acionista deu nova redação ao § 1º do Artigo 2º do Estatuto Social, que passa a vigorar da seguinte forma: **Artigo 2º.** (...) **§ 1º.** A Companhia mantém as seguintes filiais: (i) 01 (uma) filial da Companhia na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Pierre Simon de Laplace nº 1.211, no Condomínio Techno Park, CEP 13069-301, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (ii) 01 filial da Companhia na Cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo, na Rua Papa João Paulo II nº 4, Galpões 2, 4 e 5, Jardim Jardim Werner Plaas, CEP 13185-252, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (iii) 01 filial da Companhia na Cidade de Jundiá, Estado de São Paulo, na Rua Presbítero Plínio Alves de Souza nº 757, Bairro Medeiros, CEP 13200-970, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (iv) 01 filial da Companhia na Cidade de Maracanã, Estado do Ceará, na Travessa Francisco Marrocos Portela nº 1161, G/A, Sala 01, Bairro Alto Alegre I, CEP 61.922-120, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (v) 01 filial da Companhia na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida Roberto Pinto Sobrinho nº 350, Galpões 1 a 6, Vila Menck, CEP 06268-120, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (vi) 01 filial da Companhia na Cidade de Maracanã, Estado do Ceará, na Travessa Francisco Marrocos Portela nº 1161, G/A, Sala 02, Bairro Alto Alegre I, CEP 61.922-120, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (vii) 01 filial da Companhia na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Pierre Simon de Laplace nº 1.211, Sala 04, Condomínio Techno Park, CEP 13069-301, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (viii) 01 filial da Companhia na Cidade de Americana, Estado de São Paulo, na Rua do Tecelão nos. 339 a 359, Anexo 2, Bairro Jardim Werner Plaas, CEP 13478-721, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (ix) 01 filial da Companhia na Cidade de Sumaré, Estado de São Paulo, na Rua Castelo nº 165, Remanescente da Gleba C5, CEP 13177-483, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (x) 01 filial da Companhia na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Coronel Phidias nº 513, Pavuna, CEP 21535-510, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (xi) 01 filial da Companhia na Cidade de Paulínia, Estado de São Paulo, na Rua Sebastião Cardoso nº 350, S/D, Lote A, Parque Brasil 500, CEP 13141-005, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (xii) 01 filial da Companhia na Cidade de Jundiá, Estado de São Paulo, na Av. Beirute nº 863, Loteamento Multivias II, Jardim Ermida I, CEP 13212-215, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (xiii) 01 filial da Companhia na Cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Av. João Batista Nunes nº 50, Quadra G1 B, denominada "Remanescente A-2" da Parte A da Gleba 1 B, Distrito Industrial, CEP 13288-168, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (xiv) 01 filial da Companhia na Cidade de Plantation, Estado da Flórida, Estados Unidos da América, em 1.200 South Pine Island Road, ZIP Code 33324, com capital em separado de R\$ 10.360.820,00 para fins fiscais; (xv) 01 filial da Companhia na Cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo, na Rua Papa João Paulo II nº 06, Lote 2B, Quadra Gleba União, Jardim Santa Izabel, CEP 13185-252, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (xvi) 01 filial da Companhia na Cidade de Sumaré, Estado de São Paulo, na Rua Castelo nº 165, Remanescente da Gleba C5, CEP 13177-483, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (xvii) 01 filial da Companhia na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Rua Bento de Souza Borges nº 21, Vila Menck, CEP 06276-016, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (xviii) 01 filial da Companhia na Cidade de Maracanã, Estado do Ceará, na Avenida Doutor Alberto Jackson Byington nº 2.221, Lotes 6 e 7, Industrial Anhanguera, CEP 06276-000, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; (xix) 01 filial da Companhia na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Via Anhanguera S/N, KM 16,5, Piratuba, CEP 05275-000, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais; e (xx) 01 filial da Companhia na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso nº 4.777, Conjunto 61, CEP 05477-903, com capital em separado de R\$ 1.000,00 para fins fiscais. **§ 2º.** A Companhia poderá instalar e expungir filiais e escritórios em qualquer parte do território brasileiro e do exterior, a critério da Diretoria. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto (i) locação de equipamentos de processamento e armazenagem de dados, bem como de outros equipamentos; (ii) locação de espaço físico para guarda e depósito de equipamentos especializados em processamento e armazenagem de dados, bem como outros equipamentos; (iii) a locação de suas redes de telecomunicações, bem como a locação de máquinas e/ou equipamentos relacionados com seu objeto social; (iv) a cessão de meios de suas redes de telecomunicações de cabo e/ou fibra ótica para outras sociedades de telecomunicações para oferta de seus serviços; (v) a prestação de serviços relativos à infraestrutura para armazenagem de equipamentos de processamento e armazenagem de dados, bem como de outros equipamentos; (vi) a prestação de serviços de telecomunicações utilizando quaisquer meios que possibilitem a oferta de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia (tais como dados, voz e imagem); (vii) a prestação de serviços de assistência técnica em máquinas e/ou equipamentos relacionados com o seu objeto social; (viii) a prestação de serviços de manutenção em redes de telecomunicações; (ix) a prestação de serviços de treinamento em geral, relacionados às atividades de telecomunicações; (x) a prestação de serviços em todas as áreas de tecnologia da informação; (xi) prestação de serviços de consultoria em tecnologia da informação; (xii) o comércio, importação e a exportação de equipamentos inerentes à atividade de prestação de serviços de telecomunicações; (xiii) o comércio, importação e a exportação de equipamentos de segurança e monitoramento; e (xiv) a participação como sócia, quotista, acionista ou consorciada em qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social. Artigo 5º.** O capital social é de R\$ 2.254.079.970,00, dividido e representado por 1.283.754.768 ações ordinárias e 970.325.202 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. **§ 1º.** A cada ação ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. Exceto se de outra forma disposto no presente Estatuto Social, as decisões das acionistas serão tomadas por maioria absoluta de votos, ou seja, os votos correspondentes a mais da metade do capital social. **§ 2º.** As ações preferenciais não conferirão a seu(s) titular(es) o direito a voto, porém serão assegurados os seguintes direitos às ações preferenciais: (a) prioridade no reembolso do capital sem prêmio, em caso de dissolução e liquidação da Companhia; (b) conversão voluntária das ações preferenciais em ações ordinárias, na proporção de uma ação preferencial para uma ação ordinária, exceto no caso de conversão automática de ações preferenciais em ações ordinárias na eventualidade de uma abertura de capital, de acordo com este Estatuto Social, desde que seja aprovada por acionistas representando, no mínimo, 75% do capital social; e (c) direito à distribuição de dividendos nas mesmas proporções, condições e montantes aplicáveis às ações ordinárias. **§ 3º.** Mediante deliberação da Assembleia Geral, poderão ser criadas novas classes de ações. **§ 4º.** É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **§ 5º.** As ações são indivisíveis com relação à Companhia. **§ 6º.** – A totalidade das ações de emissão da Companhia estão alienadas fiduciariamente e sujeitas a restrições de transferência, de oneração e de voto, na forma prevista no "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças – Ascenty Data Centers" firmado em 20/12/2018, entre, Digital Stellar Holding, LLC, Digital Stellar Sub, LLC, TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda., e a Companhia (conforme alterado de tempos em tempos, "Contrato de Alienação Fiduciária"), do qual uma cópia se encontra arquivada na sede da Companhia. Até a integral quitação das Obrigações Garantidas (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária), tais ações deverão sempre corresponder a 100% do capital social total da Companhia. **Artigo 6º.** Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações, na proporção das suas respectivas participações (e respectivas classes) anteriormente possuídas. **Artigo 7º.** Os acionistas não poderão ceder ou transferir, total ou parcialmente suas ações sem antes oferecê-las aos demais acionistas, que terão o direito de preferência para adquiri-las, na proporção de suas respectivas participações no capital da Companhia. **Capítulo III – Da Administração. Artigo 8º.** A administração da Companhia será exercida pela Diretoria, na forma da Lei e do presente Estatuto Social. **Artigo 9º.** A Diretoria será composta por, no mínimo, 02 membros e, no máximo, 10 membros, acionistas ou não, residentes ou não no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. **§ 1º.** O prazo do mandato de cada Diretor será de 03 anos, permitida a reeleição. **§ 2º.** Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a nova eleição e posse dos novos Diretores. **§ 3º.** Ocorrendo vaga no cargo de Diretor, poderá a Assembleia Geral designar substituto, cujo mandato expirará com o mandato do outro Diretor. **§ 4º.** Os membros da Diretoria utilizarão as seguintes denominações: (i) Presidente; (ii) Presidente Executivo; (iii) Vice-Presidente de Operações; (iv) Vice-Presidente Administrativo e de Finanças; (v) Vice-Presidente de Novos Negócios; (vi) Vice-Presidente de Projetos, Engenharia e Construção de Data Centers; (vii) Vice-Presidente de Marketing e Relações Institucionais; (viii) Vice-Presidente de Projetos Especiais e Recursos Humanos; e (ix) 02 Diretores sem designação específica. **§ 5º.** Não obstante o disposto no Artigo 12º do presente Estatuto Social, para fins de cumprimento com o Artigo 146, § 2º da Lei nº 6.404/76, os Diretores não residentes no País ficam neste ato autorizados a nomearem procuradores com poderes para, exclusivamente, receber, em seus respectivos nomes, citações em ações propostas contra os respectivos Diretores com base na legislação societária e em sua qualidade de administradores da Companhia, com prazo de mandato de 03 anos contados do término do prazo de seu respectivo mandato. **Artigo 10º.** A Diretoria caberá a prática dos atos necessários ao pleno funcionamento da Companhia, por mais especiais que sejam e desde que em direito permitidos, podendo inclusive, mas sem limitação: (i) conduzir a política geral e de administração da Companhia, conforme orientações e diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral; (ii) executar e coordenar o andamento das atividades normais da Companhia, zelando pela observância da legislação aplicável e do presente Estatuto Social, bem como das deliberações da Assembleia Geral; (iii) elaborar e submeter à apreciação da Assembleia Geral o relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras de cada exercício social, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros, se houver, apurados no exercício anterior; (iv) elaborar os planos de negócios e orçamento da Companhia, anuais ou plurianuais, e submetê-los à Assembleia Geral; (v) preparar anteprojatos de plano de

expansão e modernização da Companhia; (vi) decidir sobre filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no Brasil ou no exterior; (vii) representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; (viii) adquirir, alienar e onerar bens imóveis, móveis, títulos e valores; (ix) nomear e constituir, em nome da Companhia, procuradores judiciais ou extrajudiciais, observadas as disposições que constam do Artigo 12º do presente Estatuto Social; (x) celebrar quaisquer contratos, estipulando os direitos, obrigações e assinando os respectivos documentos; (xi) sacar títulos, endossos para cobrança, descontos, caução e depósitos bancários, quitar depósitos e outros títulos de créditos, contratar e dispensar empregados e profissionais autônomos; (xii) receber citações, notificações ou prestar depoimento pessoal; (xiii) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimentos; e (xiv) exercer quaisquer outras atribuições necessárias à representação e à regular administração e da Companhia. **Artigo 11º.** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações com terceiros serão praticados da seguinte forma: (i) individualmente pelo Presidente ou pelo Presidente Executivo; ou (ii) individualmente pelo Vice-Presidente Administrativo e de Finanças ou pelo Vice-Presidente de Marketing e Relações Institucionais, exclusivamente para fins de representar a Companhia perante a Secretaria da Receita Federal, Secretaria da Fazenda Estadual, Secretaria da Fazenda Municipal e demais autarquias e órgãos da administração pública federais, estaduais e municipais; ou (iii) pela assinatura conjunta de, pelo menos, 02 (dois) dos Diretores, sendo que um deles deverá ser sempre o Vice-Presidente de Projetos Especiais e Recursos Humanos, o Vice-Presidente de Marketing e Relações Institucionais ou o Vice-Presidente de Operações; ou (iv) por um procurador com poderes específicos, nomeado de acordo com as disposições que constam do Artigo 12º do presente Estatuto Social. **Artigo 12º.** Nos limites de suas atribuições, os Diretores poderão constituir procuradores ou mandatários para, na forma estabelecida nos respectivos instrumentos, representar a Companhia na prática legítima de atos e operações. Os mandatos definirão, de modo preciso e completo, os poderes outorgados e o prazo de validade e serão outorgados pelos Diretores de acordo com as disposições que constam do Artigo 11º acima. **§ Único.** Os mandatos "ad negotia" serão outorgados, sempre, por prazo máximo de 01 ano e os mandatos "ad iudicia" por prazo indeterminado. **Artigo 13º.** A remuneração dos Diretores será fixada, global e anualmente, pela Assembleia Geral, que também fixará, quando for o caso, o montante de participação da Diretoria nos resultados da Companhia. **§ Único.** A verba para honorários "pró-labore" paga em duodécimos, assim como a de participação nos resultados, será partilhada aos Diretores por deliberação da Assembleia Geral, consignada, por termo, no livro próprio. **Capítulo IV – Do Conselho Fiscal. Artigo 14º.** A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 03 membros, o qual funcionará em caráter não permanente. **§ 1º.** Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, a pedido de acionistas, com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição. **§ 2º.** Os membros do Conselho Fiscal somente farão jus à remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral, durante o período em que o órgão funcionar e quando estiverem no efetivo exercício de suas funções de membros do Conselho Fiscal. **§ 3º.** O Conselho Fiscal terá as atribuições previstas em Lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. **Capítulo V – Das Assembleias Gerais. Artigo 15º.** A Assembleia Geral dos Acionistas, nos termos da Lei, reunir-se-á: (i) **Ordinariamente:** nos 04 primeiros meses depois de findo o exercício social para: (a) tomar as contas dos Diretores, discutir e votar as demonstrações financeiras; (b) eleger os membros da Diretoria nas épocas próprias e do Conselho Fiscal, quando for o caso; (c) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício, se houver, e a distribuição de dividendos, quando for o caso; e (d) discutir quaisquer outros assuntos de interesse da Companhia; e (ii) **Extraordinariamente:** sempre que, mediante convocação legal, os interesses sociais e/ou a lei aconselharem ou exigirem o pronunciamento dos acionistas. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas no presente Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos, ou seja, os votos correspondentes a mais da metade do capital social. **Artigo 16º.** A Assembleia Geral será instalada e dirigida por um Presidente escolhido por maioria absoluta de votos, ou seja, os votos correspondentes a mais da metade do capital social da Companhia. O Secretário da mesa será de livre escolha do Presidente da Assembleia. **Artigo 17º.** As Assembleias serão consideradas instaladas se acionistas representando a maioria do capital social com direito a voto da Companhia estiverem presentes pessoalmente ou representados por procurador. Se tal "quórum" não for atingido no início e mantido durante uma Assembleia Geral regularmente convocada, tal Assembleia Geral será adiada por, no mínimo, 02 e, no máximo, 05 dias contados da data de tal Assembleia Geral. O "quórum" de instalação da Assembleia que tiver sido adiada será o número de acionistas presentes à referida Assembleia Geral ou que estejam representados por procurador, desde que uma notificação sobre a realização da Assembleia Geral tenha sido entregue com, pelo menos, 01 dia de antecedência para todos os acionistas da Companhia ou seus procuradores, conforme aplicável. Os anúncios de convocação poderão ser entregues aos acionistas, contra recibo, dispensando-se sua publicação, nos termos do Artigo 294 da Lei 6.404/76, quando aplicável. **Capítulo VI – Do Exercício Social. Artigo 18º.** O exercício social termina em 31 de dezembro de cada ano calendário. **Artigo 19º.** Ao final de cada exercício social a Diretoria fará elaborar o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. **Artigo 20º.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a previsão para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro. **Artigo 21º.** O lucro remanescente terá a seguinte destinação: (a) 05% para a constituição da reserva legal, que não excederá em 20% o valor do capital social; a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante de reservas de capital de que trata o Artigo 182, § 1º da Lei nº 6.404/76, exceder em 30% o valor do capital social; (b) exceto se de outra forma disposto no Acordo, a percentagem que for determinada pelos acionistas representando a maioria do capital social da Companhia com direito a voto, será destinada à constituição de fundos de reserva especiais; e (c) 25% serão distribuídos a título de dividendos obrigatórios ("Dividendos Obrigatórios"), ajustados nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Não obstante qualquer disposição em sentido contrário do presente Estatuto Social, enquanto a Companhia não tiver cumprido todas as suas obrigações estabelecidas pelo Contrato de Crédito, celebrado em 20/12/2018 ("Contrato de Crédito"), entre a Companhia e Stellar Participações Ltda., na qualidade de devedoras, **Ascenty Participações S.A.**, na qualidade de garantidora inicial, determinados garantidores adicionais, partes do Contrato de Crédito, determinados credores iniciais, partes do Contrato de Crédito, **TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda.**, na qualidade de agente brasileiro de garantias, **Citibank, N.A.**, na qualidade de agente administrativo, e **Citibank, N.A., ING Capital LLC e NATIXIS, filial de Nova Iorque**, na qualidade de estruturadores líderes e "joint bookrunners", a Companhia somente poderá distribuir a menor percentagem possível a título de Dividendos Obrigatórios, nos termos das disposições que constam do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 22º.** A Assembleia Geral resolverá, por maioria absoluta de votos, ou seja, pelos votos dos acionistas representando a maioria do capital social, sobre o destino do saldo remanescente do lucro líquido do exercício. **Artigo 23º.** O Balanço Patrimonial e as demonstrações financeiras serão submetidos à Assembleia Geral pela Diretoria. **Artigo 24º.** A Diretoria fica facultada a declaração de dividendo à conta do lucro apurado em balanços semestrais. **§ Único.** A Diretoria poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Capítulo VII – Da Liquidação, Dissolução e Extinção. Artigo 25º.** A Companhia entrará em liquidação, dissolução e extinção nos casos previstos em Lei. **§ Único.** Os acionistas que representem a maioria do capital social nomearão o liquidante e determinarão o modo de liquidação e elegerão o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação. **Capítulo VIII – Das Disposições Gerais. Artigo 26º.** A Companhia, a qualquer tempo, tendo em vista aperfeiçoar seus serviços e adaptar-se às novas técnicas de administração, poderá adotar processos mecânicos de emissão e autenticação de documentos, obedecendo a padrões e sistemas consagrados por usos e praxes em vigor. **Artigo 27º.** A Companhia disponibilizará, sempre que solicitado por quem de direito, os contratos celebrados com partes a esta relacionadas, acordos de acionistas e programas de opção de aquisição de ações ou outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia. **Artigo 28º.** A Companhia obriga-se, a se for solicitado o seu registro como companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários, aderir a segmento especial de bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos na Instrução CVM nº 391/03 ou em regulamentação equivalente que venha a revogá-la. **Artigo 29º.** Qualquer disputa relativa ao presente Estatuto Social que não puder ser amigavelmente resolvida pelos acionistas deverá ser dirimida pelo foro da Cidade de Campinas, Estado de São Paulo. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 199.326/24-1 em 09/05/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

### Água Limpa Paulista S.A.

CNPJ nº 09.628.4370001-49

**Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)**

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Ativo	2021	2020	Passivo e PL
<b>Circulante</b>	<b>7.798.172</b>	<b>10.030.627</b>	<b>Circulante</b>
Caixa e equiv. de caixa	6.799.609	9.171.217	Fornecedores
Impostos a recuperar	899.100	760.295	Obrigações Tributárias
Adiantamento para fornecedores	99.463	99.115	Outras Contas a Pagar
<b>Não circulante</b>	<b>54.187.445</b>	<b>60.640.204</b>	Provisões IRPJ e CSLL
Partes Relacionadas	3.570.511	1.770.271	Empréstimo e
Depósitos Judiciais	1.500	14.104	Financiamento
Imobilizado	50.615.434	58.855.829	Provisão para Contingência
<b>Total do ativo</b>	<b>61.985.617</b>	<b>70.670.831</b>	<b>Não circulante</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>			
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	
<b>Receita Líquida</b>	<b>22.638.278</b>	<b>21.335.782</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
<b>Custos</b>	<b>(7.635.761)</b>	<b>(7.708.270)</b>	Capital Social Subscrito
<b>Lucro Bruto</b>	<b>15.002.517</b>	<b>13.627.512</b>	Lucros (Prejuízos)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>(8.701.657)</b>	<b>(8.088.670)</b>	Acumulados
<b>Despesas tributárias</b>	<b>4.763</b>	<b>(4.302)</b>	Resultado de período
<b>Despesas indebitáveis</b>	<b>-</b>	<b>(629)</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>
Outras receitas e despesas operacionais	42.965	(47.966)	Empréstimo e
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(6.632.897)</b>	<b>(7.340.334)</b>	Financiamentos
Resultado antes dos impostos (LAIR)	(284.309)	(1.854.389)	Outros Passivos
Provisão para IRPJ e CSLL correntes	-	-	<b>Patrimônio líquido (17.329.569) (16.930.744)</b>
<b>(=) Lucro líquido (prejuízo) de exercício</b>	<b>(398.825)</b>	<b>(1.854.389)</b>	Capital Social Subscrito
<b>Lucro (prejuízo) por ação</b>	<b>(0,05)</b>	<b>(0,23)</b>	Lucros (Prejuízos)
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	Acumulados
			Resultado de período
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>
			Empréstimo e
			Financiamentos
			Outros Passivos
			<b>Patrimônio líquido (17.329.569) (16.930.744)</b>
			Capital Social Subscrito
			Lucros (Prejuízos)
			Acumulados
			Resultado de período
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>
			Empréstimo e
			Financiamentos
			Outros Passivos
			<b>Patrimônio líquido (17.329.569) (16.930.744)</b>
			Capital Social Subscrito
			Lucros (Prejuízos)
			Acumulados
			Resultado de período
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>
			Empréstimo e
			Financiamentos
			Outros Passivos
			<b>Patrimônio líquido (17.329.569) (16.930.744)</b>
			Capital Social Subscrito
			Lucros (Prejuízos)
			Acumulados
			Resultado de período
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>
			Empréstimo e
			Financiamentos
			Outros Passivos
			<b>Patrimônio líquido (17.329.569) (16.930.744)</b>
			Capital Social Subscrito
			Lucros (Prejuízos)
			Acumulados
			Resultado de período
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>
			Empréstimo e
			Financiamentos
			Outros Passivos
			<b>Patrimônio líquido (17.329.569) (16.930.744)</b>
			Capital Social Subscrito
			Lucros (Prejuízos)
			Acumulados
			Resultado de período
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>
			Empréstimo e
			Financiamentos
			Outros Passivos
			<b>Patrimônio líquido (17.329.569) (16.930.744)</b>
			Capital Social Subscrito
			Lucros (Prejuízos)
			Acumulados
			Resultado de período
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>
			Empréstimo e
			Financiamentos
			Outros Passivos
			<b>Patrimônio líquido (17.329.569) (16.930.744)</b>
			Capital Social Subscrito
			Lucros (Prejuízos)
			Acumulados
			Resultado de período
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>

Administrador: **David Barman Artiles** | Contador: **Gabriel M.C. de Mendonça** - CRC nº RJ-119574/O-0

### Água Limpa Paulista S.A.

CNPJ nº 09.628.4370001-49

**Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2023 e 2022 (Em R\$ 1)**

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Ativo	2023	2022	Passivo e PL
<b>Circulante</b>	<b>7.444.712</b>	<b>6.875.459</b>	<b>Circulante</b>
Caixa e equiv. de Caixa	6.776.231	6.112.444	Fornecedores
Impostos a Recuperar	660.685	763.015	Obrigações Tributárias
Adiantamento para empregados	7.796	-	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias
<b>Não circulante</b>	<b>41.508.744</b>	<b>50.053.976</b>	Provisões IRPJ e CSLL
Partes Relacionadas	-	1.010.271	Empréstimo e
Depósitos	1.183	1.183	Financiamento
Imobilizado	41.507.561	49.042.522	<b>Não circulante</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>48.953.456</b>	<b>56.929.435</b>	<b>51.506.807</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>			
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	
<b>Receita Líquida</b>	<b>28.202.206</b>	<b>24.756.682</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
<b>Custos</b>	<b>(7.534.960)</b>	<b>(6.927.284)</b>	Capital Social Subscrito
<b>Lucro Bruto</b>	<b>20.667.246</b>	<b>17.829.398</b>	Lucros (Prejuízos)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>(12.373.202)</b>	<b>(13.906.543)</b>	Acumulados
<b>Despesas tributárias</b>	<b>(71.860)</b>	<b>(6.113)</b>	Resultado de período
<b>Despesas indebitáveis</b>	<b>-</b>	<b>(1.882)</b>	<b>Total do passivo e do PL</b>
Outras Provisões	(1.142.112)	-	Empréstimo e
Resultado financeiro liq.	(6.028.917)	(6.704.462)	Financiamento
Perdas em alienação em coligadas	(870.271)	-	Provisão para Contingência
<b>Resultado antes dos impostos (LAIR)</b>	<b>180.884</b>	<b>(2.789.602)</b>	Outros Passivos
Provisão para IRPJ e CSLL correntes	(290.873)	-	Outras Provisões
<b>(=) Lucro líquido (prej.) de exercício</b>	<b>(109.989)</b>	<b>(2.789.602)</b>	<b>Patrimônio líquido (13.624.179) (14.157.123)</b>
<b>Lucro (prejuízo) por ação</b>	<b>(0,01)</b>	<b>(0,35)</b>	Capital Social Subscrito
			Lucros (Prejuízos)
			Acumulados
			Resultado de período
			<b>Total do passivo e do PL</b>
			Empréstimo e
			Financiamento
			Provisão para Contingência
			Outros Passivos
			Outras Provisões
			<b>Patrimônio líquido (13.624.179) (14.157.123)</b>
			Capital Social Subscrito
			Lucros (Prejuízos)
			Acumulados
			Resultado de período
			<b>Total do passivo e do PL</b>
			Empréstimo e
			Financiamento
			Provisão para Contingência
			Outros Passivos
			Outras Provisões
			<b>Patrimônio líquido (13.624.179) (14.157.123)</b>
			Capital Social Subscrito
			Lucros (Prejuízos)
			Acumulados
			Resultado de período
			<b>Total do passivo e do PL</b>
			Empréstimo e
			Financiamento
			Provisão para Contingência
			Outros Passivos
			Outras Provisões
			<b>Patrimônio líquido (13.624.179) (14.157.123)</b>
			Capital Social Subscrito
			Lucros (Prejuízos)
			Acumulados
			Resultado de período
			<b>Total do passivo e do PL</b>

Administrador: **Francisco Vera Vazquez**  
Contador: **Gabriel M.C. de Mendonça** - CRC nº RJ-119574/O-0

### DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 91.669.747/0001-92 – NIRE 35.300.613.414 – Sociedade Anônima de Capital Aberto

**Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2024**

**1) Data e Local de Realização:** Aos 30/04/2024, às 10h, de modo exclusivamente digital por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams e, portanto, considerada realizada na sede social da Companhia, na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, Sala 09, Bloco 2, Bairro Parque Residencial Aquarius, São José dos Campos-SP. **2) Convocação:** Editais de convocação publicados na forma da Instrução Normativa, no Jornal Data Mercantil nos dias 02, 15 e 16.04 de 2024 e de forma digital no mesmo jornal.

**3) Publicações:** O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório do Auditor Independente e o Parecer do Conselho de Administração, relativos ao exercício de 2023 foram publicados no dia 28/03/2024, no Jornal Data Mercantil, no formato digital, nas páginas 24 a 26 e, no formato físico, na página 20. **4) Mesa:** Srs. Carlos Antonio Tamaki – Presidente; Sr. Tharik Camocardi de Moura – Secretário. **5) Presenças:** Acionistas titulares de 863.959 ações com direito a voto, representativas de 94,54% do capital social da Companhia presentes via plataforma de videoconferência Microsoft Teams. Também estavam presentes os membros do Conselho de Administração e os membros da Diretoria da Companhia. **6) Ordem do Dia:** a) Tomar as contas dos administradores da Companhia; b) Examinar e votar o Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, demais demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente da Companhia, todos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023; c) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023; e d) Ratificar a fixação da remuneração global anual e alocação individual da remuneração global anual dos Administradores para o exercício de 2024. **7) Leitura de Documentos e Recebimento de Votos:** (i) dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral; e (2) as declarações de voto, protestos e dissidências porventura apresentados serão numeradas, recebidas e autenticadas pela Mesa e ficarão arquivadas na sede da Companhia. **8) Deliberações:** a) Assembleia decidiu: a) Aprovar, integralmente e sem ressalvas, as contas dos administradores da Companhia; b) Aprovar o Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, demais demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente da Companhia, todos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023; c) Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023, no montante de R\$ 1.103.787,36, (um milhão cento e três mil setecentos e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos) conforme a seguir: (i) R\$ 55.189,37 para a constituição da Reserva Legal, (ii) R\$ 734.018,59 para a constituição da Reserva de Lucros, e (iii) R\$ 314.579,40 são dividendos obrigatórios não distribuídos, a ser pagos até o dia 31/12/2024 com base na posição acionária da presente data; d) Ratificar a aprovação da remuneração global, para o ano de 2024, da Diretoria da Companhia, que será de R\$ 282.000,00, e a alocação individual da remuneração global dos Diretores, aprovada na Assembleia Geral Extraordinária celebrada no dia 05/02/2024, às 9h, conforme as regras abaixo: • Denis Cesar Correia, Diretor Presidente, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 20.446.916-8 SSP/SP, CPF nº 103.540.518-06, receberá, a título de pró-labore, o valor fixo de R\$ 8.500,00 mensais; • Tharik Camocardi de Moura, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, brasileiro, em união estável, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 43.942.901-8 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 369.358.358-79, receberá, a título de pró-labore, o valor fixo de R\$ 7.500,00 mensais e, • Juan Pablo Garcia Agudo, Diretor sem Designação Específica, brasileiro naturalizado, divorciado, empresário, RG nº 6.486.850-3 SSP/SP, inscrito no CPF nº 089.123.768-29, receberá, a título de pró-labore, o valor fixo de R\$ 7.500,00 mensais. **9) Quorum das Deliberações:** As deliberações foram tomadas por unanimidade de votos dos presentes. **10) Forma da Ata:** Autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6404/76. **11) Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **12) Assinaturas: Mesa: Presidente:** Carlos Antonio Tamaki; **Secretário:** Tharik Camocardi de Moura; **Acionista:** DMCore Holding Financeira S.A. representado por Denis Cesar Correia e Tharik Camocardi de Moura; **Conselheiros:** Carlos Antonio Tamaki – Presidente do Conselho, Denis Cesar Correia e Moises Alves de Souza como membros do Conselho. São José dos Campos, 30/04/2024. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 196.925/24-1 em 07/05/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Gerol.

### Água Limpa Paulista S.A.

CNPJ nº 09.628.4370001-49

**Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em R\$ 1)**

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Ativo	2022	2021	Passivo e PL
<b>Circulante</b>	<b>6.875.459</b>	<b>7.798.172</b>	<b>Circulante</b>
Caixa e equiv. de caixa	6.112.444	6.799.609	Fornecedores
Impostos a recuperar	763.015	899.100	Obrigações tributárias
Adiantamento para fornecedores	-	99.463	Outras contas a pagar
<b>Não circulante</b>	<b>50.053.976</b>	<b>54.187.445</b>	Provisões IRPJ e CSLL
Partes relacionadas	1.010.271	3.570.511	Empréstimo e
Depósitos	1.183	1.500	Financiamento
Imobilizado	49.042.522	50.615.434	<b>Não circulante</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>56.929.435</b>	<b>61.985.617</b>	<b>69.879.371</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>			
	<b>2022</b>	<b>2021</b>	
<b>Receita líquida</b>	<b>24.756.682</b>	<b>22.638.278</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
<b>Custos</b>	<b>(6.927.284)</b>	<b>(7.635.761)</b>	Capital social subscrito
<b>Lucro bruto</b>	<b>17.829.398</b>	<b>15.002.517</b>	Lucros (prejuízos)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>(13.906.543)</b>	<b>(8.701.657)</b>	acumulados
<b>Despesas tributárias</b>	<b>(6.113)</b>	<b>4.763</b>	Resultado do período
<b>Despesas indebitáveis</b>	<b>(1.882)</b>	<b>-</b>	<b>Total do passivo e do PL</b>
Outras receitas e despesas operacionais	-	42.965	Empréstimo e
Result. financeiro líquido	(6.704.462)	(6.632.897)	Financiamentos
<b>Resultado antes dos impostos (LAIR)</b>	<b>(2.789.602)</b>	<b>(284.309)</b>	Outros Passivos
Provisão para IRPJ e CSLL correntes	-	(114.516)	Outras Provisões
<b>(=) Lucro líquido (prejuízo) de exercício</b>	<b>(2.789.602)</b>	<b>(398.825)</b>	<b>Patrimônio líquido (14.157.123) (17.329.569)</b>
<b>Lucro (prejuízo) por ação</b>	<b>(0,35)</b>	<b>(0,05)</b>	Capital social subscrito
			8.000.000
			Lucros (prejuízos)
			acumulados
			Resultado do período
			<b>Total do passivo e do PL</b>
			Empréstimo e
			Financiamentos
			Outros Passivos
			Outras Provisões
			<b>Patrimônio líquido (14.157.123) (17.329.569)</b>
			Capital social subscrito
			8.000.000
			Lucros (prejuízos)
			acumulados
			Resultado do período
			<b>Total do passivo e do PL</b>
			Empréstimo e
			Financiamentos
			Outros Passivos
			Outras Provisões
			<b>Patrimônio líquido (14.157.123) (17.329.569)</b>
			Capital social subscrito
			8.000.000
			Lucros (prejuízos)
			acumulados
			Resultado do período
			<b>Total do passivo e do PL</b>
			Empréstimo e
			Financiamentos
			Outros Passivos
			Outras Provisões
			<b>Patrimônio líquido (14.157.123) (17.329.569)</b>
			Capital social subscrito
			8.000.000
			Lucros (prejuízos)
			acumulados
			Resultado do período
			<b>Total do passivo e do PL</b>

Administrador: **David Barman Artiles** | Contador: **Gabriel M.C. de Mendonça** - CRC nº RJ-119574/O-0

### Hidroviás do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta

**Editais de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 10 de junho de 2024**

A **Hidroviás do Brasil S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, conjunto 71, Pinheiros, CEP 05416-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.648.327/0001-53 ("Companhia"), vem, pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") convocar os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia Geral"), sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I e artigo 28, §§ 2º e 3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 10 de junho de 2024, às 10:00 horas, através da plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), para deliberar sobre

**3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A.**

CNPJ/MF nº 08.145.855/0001-12

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: [https://datamercantil.com.br/publicidade\\_legal/](https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/)

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Balancos Patrimoniais</b>						<b>Demonstrações dos Resultados</b>					
<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>Controladora</b>		<b>Controladora</b>		<b>Nota</b>	<b>Controladora</b>		<b>Controladora</b>		
		<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>		<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	
<b>Ativo circulante</b>						<b>Receita operacional líquida</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.188	14.553	20.801	23.920	25	4.408	8.867	71.677	55.866	
Contas a receber de clientes	9	56	56	54.493	53.028	26	-	-	(26.230)	(37.467)	
Imóveis a comercializar	10	-	-	89.749	116.373	<b>Lucro bruto</b>					
Impostos e contribuições a recuperar	11	3.592	3.362	4.379	3.940	<b>4.408</b>	<b>8.867</b>	<b>45.447</b>	<b>18.399</b>		
Outros ativos	13	2.365	2.271	4.277	10.400	<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>12.201</b>	<b>20.242</b>	<b>173.699</b>	<b>207.661</b>	26	(72)	(75)	(1.453)	(880)	
<b>Ativo não circulante</b>						<b>Com vendas</b>					
Contas a receber de clientes	9	-	-	73.099	73.330	26	(15.463)	(13.444)	(49.818)	(26.789)	
Imóveis a comercializar	10	-	-	280.875	193.102	14	11.034	39.362	(960)	29.183	
Partes relacionadas	12	8.231	10.386	6.009	11.178	<b>Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b>					
Depósitos judiciais	22.c	592	493	14.084	9.348	-	27.535	35	28.492	(844)	
Outros ativos	13	11.385	31.818	17.455	35.624	<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras</b>					
Investimentos	14	567.944	581.511	139.176	124.799	27	27.442	34.745	21.708	19.069	
Direito de uso	15	1.403	1.864	1.403	2.424	<b>Resultado financeiro</b>					
Imobilizado e Intangível		113	57	138	49	27	(9.949)	(14.210)	(10.952)	(13.219)	
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>589.668</b>	<b>626.129</b>	<b>532.239</b>	<b>449.854</b>	27	10.941	813	21.010	10.930	
<b>Total do ativo</b>		<b>601.869</b>	<b>646.371</b>	<b>705.938</b>	<b>657.515</b>	<b>Despesas financeiras</b>					
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>						<b>Receitas financeiras</b>					
<b>Passivo circulante</b>						<b>Resultado líquido</b>					
Empréstimos e financiamentos	16	15.971	12.280	15.971	12.280	<b>Lucro (Prejuízo) antes do provisão para o imposto de renda e contribuição social</b>					
Fornecedores	17	308	455	4.378	5.723	21	-	-	(3.258)	3.458	
Obrigações pela compra de terrenos	18	-	-	24.745	28.725	<b>Lucro líquido (Prejuízo) do exercício</b>					
Impostos e contribuições a recolher		500	41	1.865	1.349	<b>Atribuível aos:</b>					
Provisão para distrato	20	-	-	6.392	7.454	<b>Acionistas controladores</b>					
Salários e encargos a pagar		4.244	2.283	4.259	2.284	28.434					
Passivo de arrendamento		332	499	332	620	<b>Acionistas não controladores</b>					
Outros passivos	19	3.349	1.718	39.418	42.136	-					
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>24.704</b>	<b>17.276</b>	<b>97.360</b>	<b>100.571</b>	<b>Lucro líquido (Prejuízo) do exercício</b>					
<b>Passivo não circulante</b>						<b>Lucro líquido (Prejuízo) do exercício</b>					
Empréstimos e financiamentos	16	39.952	56.480	39.952	56.480	28.434					
Partes relacionadas	12	65.643	205.665	66.517	104.713	21.348					
Provisão fiscal, trabalhistas e cíveis	22.a	2.215	2.878	23.470	23.330	28.434					
Provisão para perdas em investimentos	15	9.332	10.773	-	996	21.348					
Provisão para garantia	23	-	-	13.093	13.093	28.508					
Obrigações pela compra de terrenos	18	-	-	2.625	2.227	21.138					
Passivo de arrendamento	19	1.331	1.649	1.331	2.227						
Outros passivos	19	-	985	521	175						
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>118.473</b>	<b>278.430</b>	<b>147.509</b>	<b>204.365</b>						
<b>Patrimônio líquido</b>	24										
Capital social		915.428	869.194	915.428	869.194						
Adiantamento para futuro aumento de capital		33.357	-	33.357	-						
Prejuízos acumulados		(490.093)	(518.529)	(490.093)	(518.529)						
<b>Patrimônio líquido atribuível a acionistas</b>		<b>458.692</b>	<b>350.665</b>	<b>458.692</b>	<b>350.665</b>						
Participações de não controladores		-	-	2.377	1.914						
<b>Total Patrimônio líquido</b>		<b>458.692</b>	<b>350.665</b>	<b>461.069</b>	<b>352.579</b>						
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>601.869</b>	<b>646.371</b>	<b>705.938</b>	<b>657.515</b>						

<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido</b>						
	<b>Capital social</b>	<b>Adiantamento para futuro aumento de capital</b>	<b>Lucros (Prejuízos) acumulados</b>		<b>Participação de não controladores</b>	<b>Total</b>
			<b>2023</b>	<b>2022</b>		
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	712.274	-	(539.877)	172.397	(81)	172.316
Lucro líquido do exercício	-	-	21.348	21.348	(210)	21.138
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 24)	-	147.920	-	147.920	-	147.920
Aumento de capital social (Nota 24)	156.920	(147.920)	-	9.000	-	9.000
Outras transações com acionistas não controladores	-	-	-	-	2.205	2.205
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>869.194</b>	-	<b>(518.529)</b>	<b>350.665</b>	<b>1.914</b>	<b>352.579</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	28.434	28.434	74	28.508
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 24)	-	33.357	-	33.357	-	33.357
Aumento de capital social (Nota 24)	46.234	-	-	46.234	-	46.234
Outras transações com acionistas não controladores	-	-	-	-	391	391
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>915.428</b>	<b>33.357</b>	<b>(490.095)</b>	<b>458.690</b>	<b>2.379</b>	<b>461.069</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

- Contexto operacional** - A 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A., pertencente ao Grupo NC, anteriormente denominada como ACS Incorporação S.A. ("Companhia"), foi constituída em 11 de maio de 2006 na forma de sociedade anônima de capital fechado, sediada na Avenida José de Souza Campos, 753, Município de Campinas, no Estado de São Paulo, e tem como objetivo e como atividade preponderante a compra e venda de imóveis, desmembramento e loteamento de terrenos, incorporações imobiliárias, construções de imóveis destinados à venda, e a prestação de serviços de consultorias em assuntos relativos ao mercado imobiliário, pesquisa, lavra, beneficiamento e comércio de minerais, especialmente argilas, areias, pedras, pedregulhos e cerâmicas, participar como sócia quotista em outras sociedades, e serviços de escritório e apoio administrativo.
- Base de consolidação e investimentos em controladas** - A Companhia possui participações societárias diretas nas seguintes empresas:

<b>Controladas</b>	<b>Participação %</b>	
	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
3Z Lambda Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,17%	99,17%
3Z Gama Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,73%	99,73%
3Z Espaço Jardins Empreendimentos Imobiliários SPE I Ltda.	99,80%	99,80%
3Z Santa Clara Empreendimentos Imobiliários Ltda.	91,25%	99,49%
3Z Beta Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,89%	99,89%
3Z Sigma Empreendimentos Imobiliários Ltda.	95,45%	99,45%
3Z Delta Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,55%	99,55%
3Z Omega Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,80%	99,80%
3Z Sumaré Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,78%	98,78%
3Z Jacaranda Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,87%	99,87%
3Z Alpha Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,76%	99,71%
3Z Jaguariuna Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,74%	99,74%
3Z Tucuma Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,92%	99,92%
3Z Carnauba Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,77%	99,77%
3Z Lotus Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	100,00%	100,00%
3Z Paris Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%
3Z Araca Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,88%	99,88%
Viva Vista Encanto Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	97,07%	97,12%
Viva Vista Solar Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,98%	99,98%
Viva Vista Paisagem Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	97,97%	97,97%
Viva Vista Mirante Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	97,62%	97,62%
Viva Vista Horizonte Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	89,30%	89,30%
Viva Vista Brisa Spe Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,97%	99,97%
3Z Franz Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%
3Z Manaca Empreendimentos Imobiliários Ltda.	90,00%	90,00%
3Z Vista Colina SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,37%	99,46%
3Z Vista Alameda SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,18%	99,18%
3Z Vista Aroma SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	97,86%
3Z Vista Harmonia SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	97,81%
3Z Vista Passeio SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,38%	98,38%
3Z Vista Recanto SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,95%	99,95%
3Z Jaborandi Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,97%	99,97%
Valimog Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%
3Z Jatobá Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,78%	99,78%
3Z Vista Panorama SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,11%	99,11%
3Z Vista Vereda SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,62%	98,62%
3Z Vista Cerrado SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,03%	99,03%
3Z Vista Araucária SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%
Boulevard Viva Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda.	87,68%	87,68%
3Z Ipanema Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,94%	99,94%
3Z Vista Esplanada SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,74%	98,74%
3Z Vista Bosque SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,94%	99,94%
3Z Vista Pomar SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,93%	99,93%
3Z Vista Plaza SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,50%	99,50%
3Z Pitaguita Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,98%	99,98%
3Z Urbanismo I Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%
3Z Corretora de Bens Imobiliários Ltda.	99,96%	99,96%
3Z Tokio Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	99,99%
3Z Geneva Empreendimento Imobiliários Ltda.	99,99%	99,99%

	<b>Participação %</b>	
	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
3Z Rio de Janeiro Empreendimento Imobiliários Ltda.	99,99%	99,99%
3Z Urb Loteamentos SPE Ltda.	50,00%	50,00%
Sainte Anne Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50,00%	50,00%
3Z Botafogo Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	99,99%
3Z Ouro Verde Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	99,99%
3Z Guanabara Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	99,99%
3Z São Francisco Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	99,99%
3Z Nova Campinas Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%
3Z Dom Pedro Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%
3Z Pinheiros Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%
3Z Holy Burj Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%
3Z Floripa Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	-
3Z SW33 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	100,00%	-

<b>Coligadas</b>	<b>Participação %</b>	
	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
3Z Jequitiba Empreendimentos Imobiliários Ltda.	70,46%	70,00%
Ferreira De Araújo Imobiliário SPE Ltda.	25,00%	25,00%
Roberto Marinho Empreendimento Ltda.	60,00%	60,00%
Reserva das Araucárias Imobiliário	35,00%	35,00%
3Z Andrade Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50,00%	50,00%
3Z Inga Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	90,00%

Nas demonstrações financeiras individuais, a controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os seguintes critérios: • Eliminação dos saldos de contas do ativo e passivo, entre as empresas consolidadas; • Eliminação dos investimentos e resultado da equivalência patrimonial nas empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; • Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e • Eliminação do lucro nos estoques e venda de ativo imobilizado, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas. a) **Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial (MEP) desde a data que o controle é adquirido. Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As práticas contábeis e estimativas das controladas são consistentes com as práticas contábeis e estimativa adotadas pela Companhia. Adicionalmente a controlada segue o mesmo exercício social da Companhia, encerrado em 31 de dezembro de cada ano. A Companhia trata as transações com participações de quotistas não controladores, como transações com proprietários de ativos de suas controladas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

**Diretoria**  
 Luiz Carlos Borgonovi – Presidente  
 Thiago Cardoso T. Tavares – Diretor

**Contador**  
 Murilo Pastrello – CRC SP 1SP 285.494/O-0

*continua ...*



# Publicidade Legal

... continuação **3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A.**  
**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

À Diretoria e aos Acionistas da 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, conforme Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/18. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 e 5 n), as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento da Administração da Companhia quanto à aplicação do pronunciamento técnico CPC 47, alinhado com aquele manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receitas: Por que é um PAA:** A Companhia reconhece a receita com venda de imóveis durante a execução das obras como previsto no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, conforme descrito na nota explicativa nº 5 n) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os procedimentos utilizados pela Companhia envolvem o uso de estimativas para o cálculo da apropriação imobiliária, como por exemplo, prever os custos a serem incorridos até o final das obras e medição da evolução destas por meio de custos incorridos, para a determinação do custo orçado e assim percentual

de evolução da obra ("POC"). Consequentemente, o assunto foi foco de nossa auditoria devido ao risco de tais estimativas relacionadas ao custo orçado utilizarem pressupostos subjetivos que podem ou não se concretizar, bem como pela relevância nos valores envolvidos. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) Obtenção de estimativas do custo orçado aprovados pelo departamento de engenharia; ii) Projeções analíticas de custos orçados para o empreendimento em construção no exercício, com base em informações históricas de custos efetivamente incorridos; iii) Testes em base amostral da documentação suporte do custo incorrido; iv) Testes em base amostral, dos contratos e demais documentações existentes e do valor geral das vendas ("VGV"), contido no mapa de apropriação, base para receita contabilizada no exercício; v) Recálculo da receita com base no percentual de evolução das obras ("POC"); e vi) Avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas pela Administração da Companhia para estimar os custos a incorrer, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 31 de março de 2023, sem ressalva. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo

profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 29 de março de 2024.  
 Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.  
 CRC nº 2 SP 011609/O-8  
 Fernando Augusto Lopes Silva  
 Contador CRC nº 1 SP 250631/O-7

**Deloitte.**

**Água Limpa Paulista S.A.**  
 CNPJ nº 09.628.4370001-49

**Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2017 e 2016 (Em milhares de reais)**

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Ativo	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido
<b>Circulante</b>	<b>23.837</b>	<b>22.750</b>	<b>Circulante</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2.022	1.853	Fornecedores
Contas a receber	20.772	19.469	Financiamentos
Impostos a recuperar	595	995	Salários e encargos sociais
Despesas antecipadas	448	433	Impostos e contribuições a recolher
<b>Não circulante</b>	<b>120.416</b>	<b>123.467</b>	<b>Não circulante</b>
Realizável a longo prazo			Parcelamento de tributos
Empréstimos Empresas Ligadas	850	5.074	Financiamentos
Aplicações financeira	5.178	5.074	Provisão para contingências
Contas a receber de clientes	111.202	115.207	Parcelamento de tributos
Impostos a recuperar	3.186	3.186	Outros passivos
<b>Total do ativo</b>	<b>144.253</b>	<b>146.217</b>	<b>Total do passivo</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>			
<b>Despesas operacionais</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>Despesas operacionais</b>
Gerais e administrativas	(4.104)	(3.602)	Capital Social
<b>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(4.104)</b>	<b>(3.602)</b>	Reservas
<b>Resultado financeiro</b>			<b>Total do passivo e PL</b>
Despesas financeiras	(11.764)	(12.262)	144.253
Receitas financeiras	20.499	16.924	117.397
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>4.631</b>	<b>1.060</b>	<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>
			146.217
			144.253
			2017
			2016
			(6.144)
			(993)
			(1.513)
			67

Administrador: David Barman Artilles | Contador: Fábio Yukio Yamamoto - CRC nº 1SP-252230/O-SP

**Água Limpa Paulista S.A.**  
 CNPJ nº 09.628.4370001-49

**Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2018 e 2017 (Em milhares de reais)**

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Ativo	2018	2017	Passivo e patrimônio líquido
<b>Circulante</b>	<b>29.628</b>	<b>23.837</b>	<b>Circulante</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5.514	2.022	Fornecedores
Contas a receber	22.749	20.772	Parcelamento de tributos
Impostos a recuperar	613	595	Financiamentos
Despesas antecipadas	448	433	Impostos e contrib. a recolher
<b>Não circulante</b>	<b>115.103</b>	<b>120.416</b>	<b>Não circulante</b>
Realizável a longo prazo			Financiamentos
Empréstimos Empresas Ligadas	850	850	Provisão para contingências
Aplicações financeira	4.466	5.178	Parcelamento de tributos
Contas a receber de clientes	106.601	111.202	Parcelamento de tributos
Impostos a recuperar	3.186	3.186	Impostos diferidos
<b>Total do ativo</b>	<b>144.731</b>	<b>144.253</b>	<b>Total do passivo</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>			
<b>Despesas operacionais</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>Despesas operacionais</b>
Gerais e administrativas	(3.865)	(4.104)	Capital Social
<b>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(3.865)</b>	<b>(4.104)</b>	Reservas
<b>Resultado financeiro</b>			<b>Total do passivo e PL</b>
Despesas financeiras	(11.085)	(11.764)	144.731
Receitas financeiras	19.666	20.499	114.815
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>4.716</b>	<b>4.631</b>	<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>
			144.253
			114.815
			117.397
			2018
			2017
			(3.121)
			(6.144)
			1.595
			(1.513)

Administrador: David Barman Artilles | Contador: Fábio Yukio Yamamoto - CRC nº 1SP-252230/O-SP

**Água Limpa Paulista S.A.**  
 CNPJ nº 09.628.4370001-49

**Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de reais)**

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Ativo	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido
<b>Circulante</b>	<b>32.895</b>	<b>29.628</b>	<b>Circulante</b>
Caixa e equivalentes de caixa	8.824	5.514	Fornecedores
Contas a receber	22.749	22.749	Outras Contas a Pagar
Impostos a recuperar	921	613	Financiamentos
Despesas antecipadas	401	752	Impostos e contribuições a recolher
<b>Não circulante</b>	<b>113.718</b>	<b>115.103</b>	<b>Não circulante</b>
Realizável a longo prazo			Obrigações trabalhistas e sociais
Depósitos Judiciais	30	30	IRPJ e CSLL a recolher
Empréstimos Empresas Ligadas	850	850	Financiamentos
Aplicações financeira	3.807	4.466	Provisão para contingências
Contas a receber de clientes	106.444	106.601	Parcelamento de tributos
Impostos a recuperar	2.587	3.186	Outros passivos
<b>Total do ativo</b>	<b>146.613</b>	<b>144.731</b>	<b>Total do passivo</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>			
<b>Despesas operacionais</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>Despesas operacionais</b>
Gerais e administrativas	(3.367)	(3.865)	Capital Social
<b>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(3.367)</b>	<b>(3.865)</b>	Reservas
<b>Resultado financeiro</b>			<b>Total do passivo e PL</b>
Despesas financeiras	(10.195)	(11.085)	146.613
Receitas financeiras	22.955	19.666	111.106
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>9.393</b>	<b>4.716</b>	<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>
			144.731
			111.106
			114.815
			2019
			2018
			(3.802)
			(3.121)
			(5.591)
			1.060

Administrador: David Barman Artilles | Contador: Fábio Yukio Yamamoto - CRC nº 1SP-252230/O-SP

**Água Limpa Paulista S.A.**  
 CNPJ nº 09.628.4370001-49

**Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais)**

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Ativo	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido
<b>Circulante</b>	<b>29.471</b>	<b>32.985</b>	<b>Circulante</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5.352	8.824	Fornecedores
Contas a receber	22.749	22.749	Outras Contas a Pagar
Impostos a recuperar	1.090	921	Financiamentos
Outros Ativos	280	401	Impostos e contribuições a recolher
<b>Não circulante</b>	<b>112.569</b>	<b>113.718</b>	<b>Não circulante</b>
Realizável a longo prazo			Obrigações trabalhistas e sociais
Depósitos Judiciais	-	30	IRPJ e CSLL a recolher
Empréstimos Empresas Ligadas	1.770	850	Financiamentos
Aplicações financeira	3.807	3.807	Provisão para contingências
Contas a receber de clientes	104.933	106.444	Parcelamento de tributos
Impostos a recuperar	1.990	2.587	Outros passivos
Imobilizado Líquido	69	69	Obrigações Tributárias
<b>Total do ativo</b>	<b>142.040</b>	<b>146.613</b>	<b>Total do passivo</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>			
<b>Despesas operacionais</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Despesas operacionais</b>
Gerais e administrativas	(8.327)	(3.367)	Capital Social
<b>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(8.327)</b>	<b>(3.367)</b>	Reservas
<b>Resultado financeiro</b>			<b>Total do passivo e PL</b>
Despesas financeiras	(9.636)	(10.195)	142.040
Receitas financeiras	22.842	22.955	114.007
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>4.879</b>	<b>9.393</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
			28.033
			35.071
			8.000
			8.000
			27.507
			146.613
			2020
			2019
			(12.353)
			(3.802)
			(7.474)
			5.591

Administrador: David Barman Artilles | Contador: Fábio Yukio Yamamoto - CRC nº 1SP-252230/O-SP

**Geração Bioeletricidade Santa Candida I S.A.**  
 CNPJ/ME nº 12.990.881/0001-14

**Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária**

São convidados os Senhores Acionistas da Geração Bioeletricidade Santa Candida I S.A. a participarem das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária que se realizarão em sua sede social, na Fazenda Santa Cândida s/nº, CEP 17240-000, na Cidade de Bocatina, Estado de São Paulo, CEP 17240-000, às 17:00 horas do dia 21 de maio de 2024, para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) re ratificar o Instrumento Particular de Transformação do Tipo Societário datado de 13 de fevereiro de 2024 acerca das informações referente ao jornal no qual deverá ocorrer todas as publicações da sociedade; (ii) ratificar a aprovação de contas relativa aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 realizadas nas Assembleias Gerais Ordinárias ocorridas em 21 de dezembro de 2021 e 05 de abril de 2022; **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023; (ii) reeleger e eleger os diretores da Companhia; (iii) deliberar sobre a remuneração global anual dos administradores da Companhia; e (iv) Instruções e Informações Gerais. Rio de Janeiro, RJ, 10/05/2024. Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor. (11, 14 e 15/05/2024)

**DMCard Participações S.A.**  
 CNPJ/MF nº 45.586.447/0001-22 - NIRE 35.300.590.58-9

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de abril de 2024**

**Data/Local/Hora:** 10/04/2024, 16hs, de modo exclusivamente digital. **Convocação e Presença:** Dispensada. Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente, Denis César Correia; José Luis Pano, Secretário. **Deliberação aprovadas:** Ratificar a ata da AGE de Emissão para fazer constar no documento a seguinte nova redação para os subitens "v" e "vi", do item 5.a: "a. aprovar a emissão das Debêntures, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, que terá as seguintes características e condições principais, as quais constarão detalhadas e reguladas na Escritura: (...) (v) Valor Total da Emissão: o valor total da Emissão será de até R\$ 1.200.000,00 na Data de Emissão, sendo (a) até R\$ 600.000,00 para as Debêntures da primeira série; e (b) até R\$ 600.000,00 para as Debêntures da segunda série; (vi) Quantidade de Debêntures: serão emitidas até 12.000 Debêntures, das quais (a) até 6.000 serão Debêntures da primeira série ("Debêntures Primeira Série"); e (b) até 6.000 serão Debêntures da segunda série ("Debêntures Segunda Série")." Nada Mais. São José dos Campos, 10/04/2024.

# Dólar cai 0,40% e fecha a R\$ 5,1303, com Treasuries e ata do Copom

O dólar à vista encerrou a sessão desta terça-feira, 14, em queda moderada, alinhado ao comportamento da moeda americana no exterior e à baixa das taxas dos Treasuries. Apesar de a inflação ao produtor nos EUA ter vindo acima do esperado em abril, a abertura do indicador mostrou sinais benignos e houve revisões para baixo de índices anteriores. As chances de o Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) reduzir juros em setembro se sustentam acima de 60%. O real também se beneficiou do tom mais duro da ata do Copom, que desfez parte do desconforto com o dissenso na votação do comitê na semana passada e acenou com fim iminente do ciclo de cortes da taxa Selic. A manutenção de juros domésticos reais elevados nos próximos meses pode desencorajar apostas mais contundentes contra a moeda brasileira.

**EMS S.A.**

CNPJ/MF nº 57.507.378/0003-65

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.  
 As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: [https://datamercantil.com.br/publicidade\\_legal/](https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/)

**Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos Patrimoniais					Demonstrações das Mutações no Patrimônio Líquido																
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Reservas de Lucros															
		2023	2022	2023	2022	Capital social	Reserva de capital	Reserva de avaliação patrimonial	Reserva de Incentivos fiscais	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucro líquido do exercício	Total atribuível aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido						
<b>Circulante</b>																					
Caixa e equivalentes de caixa	8	279.492	228.721	421.213	370.031																
Aplicações financeiras	8.a	71.655	-	108.002	-																
Contas a receber de clientes	10	1.404.527	871.285	1.522.775	1.085.535																
Contas a receber de partes relacionadas	28	386.251	313.502	58.452	26.185																
Estoques	11	1.324.435	1.013.282	1.375.240	1.094.460				(6.968)												
Tributos a recuperar	12	336.513	424.860	561.582	544.218																
Dividendos a receber	28	35.679	707	-	-																
Outros recebíveis	13	77.508	50.397	84.020	42.726																
Instrumentos financeiros derivativos	7.iv	82	-	82	-																
Ativos de operações descontinuadas	2	-	-	12.913	36.511																
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>3.916.142</b>	<b>2.902.754</b>	<b>4.144.279</b>	<b>3.199.666</b>																
<b>Não circulante</b>																					
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	9	1.545	1.285	1.545	1.285																
Outros recebíveis	13	6.550	6.550	6.550	6.550																
Tributos a recuperar	12	124.323	123.252	225.461	336.865																
Depósitos judiciais	19	52.796	56.655	58.773	64.453																
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.a	151.062	89.174	193.947	129.283																
Investimentos em controladas	14	287.367	386.753	-	-																
Direito de uso de ativos	16.a	141.921	129.016	152.577	136.957																
Imobilizado	15	1.013.209	967.549	1.017.321	970.559																
Intangível		14.388	6.854	18.478	11.189																
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.793.161</b>	<b>1.767.088</b>	<b>1.674.652</b>	<b>1.657.141</b>																
<b>Total do ativo</b>		<b>5.709.303</b>	<b>4.669.842</b>	<b>5.818.931</b>	<b>4.856.807</b>																
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>																					
<b>Circulante</b>																					
Fornecedores	17	356.559	433.649	362.856	440.891																
Fornecedores a pagar partes relacionadas	28	2.553.281	1.600.437	2.531.492	1.650.021																
Empréstimos e financiamentos	18	22.243	26.485	22.243	26.485																
Debêntures	18	4.153	4.757	4.153	4.757																
Passivo de arrendamento	16.b	42.023	38.347	46.639	39.980																
Instrumentos financeiros derivativos	7.iv	-	307	-	307																
Salários e encargos	164.509	141.154	183.687	160.059																	
Tributos a recolher	38.710	24.396	44.134	27.720																	
Imposto de renda e contribuição social a pagar	20.c	-	32.238	10.649	53.507																
Impostos parcelados	7.177	17.981	7.365	18.180																	
Dividendos a pagar	22	678.941	475.069	679.153	475.253																
Antecipação de dividendos recebidos	28	5.963	-	-	-																
Outras contas a pagar	21	143.439	145.514	184.551	182.956																
Passivos de operações descontinuadas	2	-	-	1.050	2.023																
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>4.016.998</b>	<b>2.940.334</b>	<b>4.077.972</b>	<b>3.082.139</b>																
<b>Não circulante</b>																					
Empréstimos e financiamentos	18	48.735	76.687	48.735	76.687																
Debêntures	18	220.000	220.000	220.000	220.000																
Passivo de arrendamento	16.b	108.148	100.307	113.588	106.254																
Impostos parcelados	-	2.032	-	2.223																	
Provisão para perdas com processos judiciais	19	247.654	176.847	285.970	210.378																
Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas	14	138	-	138	-																
Outras contas a pagar	21	12.061	12.061	12.061	12.061																
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>636.736</b>	<b>587.934</b>	<b>680.492</b>	<b>627.603</b>																
<b>Total do passivo</b>		<b>4.653.734</b>	<b>3.528.268</b>	<b>4.758.464</b>	<b>3.709.742</b>																
<b>Patrimônio líquido</b>																					
Capital social	385.736	221.717	385.736	221.717																	
Reserva de capital	-	164.019	-	164.019																	
Ajustes de avaliação patrimonial	11.190	10.953	11.190	10.953																	
Reservas de lucros	658.643	744.885	658.643	744.885																	
<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</b>		<b>1.055.569</b>	<b>-</b>	<b>1.055.569</b>	<b>-</b>																
Participação de não controladores	-	-	-	4.898	5.491																
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.055.569</b>	<b>1.141.574</b>	<b>1.060.467</b>	<b>1.147.065</b>																
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>5.709.303</b>	<b>4.669.842</b>	<b>5.818.931</b>	<b>4.856.807</b>																

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

**1. Contexto operacional** – A EMS S.A. (a “Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1964 e que, em conjunto com suas controladas (“Consolidado”), tem por objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos, próprios e de terceiros, farmacêuticos, alopatícos, alimentícios dietéticos, insumos farmacêuticos e drogas. A sede social da Companhia está localizada na cidade de Hortolândia, estado de São Paulo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo” e individualmente como “entidades do Grupo”). O Grupo está envolvido primariamente na fabricação de produtos farmacêuticos. A Companhia faz parte do Grupo NC (o “Grupo NC”), que é um conglomerado de empresas e está presente no mercado há mais de 50 anos. A Companhia utiliza os recursos administrativos, operacionais, financeiros e tecnológicos do Grupo NC. Parte substancial das operações é efetuada com partes relacionadas. Essas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. **Aquisição Dermacyd – categoria de sabonete íntimo:** Em 27 de abril de 2023, a Companhia em conjunto com a Globe Pharma S.A.R.L. (empresa coligada sobre controle de controlador indireto em comum) assinou o contrato de compra da marca Dermacyd, líder no país na categoria de sabonete íntimo. A marca global foi adquirida dentro da estratégia de expandir o seu processo de internacionalização, reposicionar a empresa e ampliar sua participação no segmento de OTC (medicamentos isentos de prescrição). A participação da Companhia na aquisição marca corresponde a 55%, referente aos itens comercializados nacionalmente, e a participação da Globe Pharma corresponde a 45%, referente aos itens comercializados internacionalmente, sob o nome Lactacyd. A transação possui valor total de 66 milhões de euros, envolvendo a aquisição de direito de produção e comercialização da marca contendo 17 itens de higiene, incluindo as que são comercializadas no México, Peru e Argentina sob o nome de Lactacyd. Fazem parte dessa transação certos ativos e passivos, compostos principalmente por estoques, ativos imobilizados detalhados em contrato, contas a receber de clientes, material promocional de vendas, passivos de tributos de vendas gerados após a compra, passivos referentes a devoluções e recolhimentos de produtos, e outros ativos e passivos que possam ser gerados sobre a operação de compra em si. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a transação em 23 de junho de 2023, porém os novos ativos e passivos devem ser assumidos apenas após determinadas condições precedentes serem superadas de forma concomitante a realização do pagamento do caixa, cujo fechamento da transação ocorreu em 31 de janeiro de 2024. Tais condições precedentes incluem transferência de titularidade e domínio da marca, licença de know-how de fabricação dos produtos, registro nos órgãos de regulamentação locais (“ANVISA”), estoques e máquinas para fabricação, os quais não foram entregues até a data de aprovação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, portanto, a Administração do Grupo entende que as obrigações de performance não foram atendidas e não há passivo a ser reconhecido. Em 31 de janeiro de 2024 a Companhia realizou o pagamento da operação de aquisição no montante de R\$198.432 correspondente a 55% da operação, mais detalhes vide nota explicativa nº 31. **2. Base de consolidação e investimentos em controladas** – A Companhia possui participações societárias diretas nas seguintes empresas:

Controladas	Tipo de sociedade	País	Participação societária	
			2023	2022
CPM Concessionária Paulista de Medicamentos S.A.	S.A.	Brasil	99,38%	99,38%
EMS Sigma Pharma Ltda.	Ltda.	Brasil	99,00%	99,00%
LegrandPharma Indústria Farmacêutica Ltda.	Ltda.	Brasil	99,00%	99,00%
Luxbiotech Farmacêutica Ltda.	Ltda.	Brasil	99,79%	99,79%
Xenobrasil Desenvolvimento e Pesquisas sobre Xenotransplante do Brasil Ltda.	Ltda.	Brasil	54,00%	54,00%
Montersearch SRL	Ltda.	Itália	100%	100%
		Estados Unidos		
Rio Bio Pharmaceuticals, LLC	LLC	Estados Unidos	100%	100%
Rio Biofarmã Brasil Ltda	Ltda.	Brasil	1,00%	1,00%

A seguir apresentamos a estrutura societária do Grupo: CPM (Concessionária Paulista de Medicamentos S.A.) – Localizada em Américo Brasileiro/SP, atua na gestão e

Demonstrações dos Resultados				
Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	23	6.135.274	5.105.683	6.828.870
Custo dos produtos vendidos	24	(4.130.545)	(3.328.390)	(4.220.582)
<b>Lucro bruto</b>		<b>2.004.729</b>	<b>1.777.293</b>	<b>2.608.288</b>
Despesas com vendas	24	(490.301)	(395.093)	(600.530)
Despesas administrativas	24	(1.392.870)	(1.211.249)	(1.542.768)
Outras (despesas) receitas, líquidas	25	(30.482)	70.629	(35.717)
Resultado de equivalência patrimonial	14	217.833	81.639	(262)
<b>Lucro operacional</b>		<b>308.909</b>	<b>323.219</b>	<b>429.011</b>
Receitas financeiras	26	70.472	197.627	92.192
Despesas financeiras	26	(108.293)	(207.779)	(114.465)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>(37.821)</b>	<b>(10.152)</b>	<b>(22.273)</b>
<b>Lucro</b>				

## Publicidade Legal

... continuação		EMS S.A.	
	2023	2022	
<b>Lucro(prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(22.627)</b>	<b>1.101</b>	os demais produtos comercializados são adquiridos da controladora para revenda. <b>Luxbiotech Farmacêutica Ltda.</b> – Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de dermatocosméticos de última geração em âmbito nacional, e revenda de produtos comercializados adquiridos da controladora. <b>Montereseach SRL</b> – Localizada em Milão na Itália, é um laboratório de pesquisa farmacêutica, especializado no desenvolvimento de drug delivery systems, tecnologias que permitem desenvolver uma nova formulação para que uma droga seja liberada no organismo de forma mais rápida ou lenta, de acordo com a necessidade de médico e paciente e inclusive em concentrações mais seguras. Em 2021 a Montereseach transferiu sua participação na empresa <b>Globe Pharma</b> aos acionistas majoritários desta investida, encerrando assim sua participação. <b>Rio Bio Pharmaceuticals, LLC</b> – Localizada nos Estados Unidos, tem por objeto social o desenvolvimento de atividades farmacêuticas, podendo incluir, entre outras, a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos, próprios e de terceiros; a prestação de serviços administrativos, consultoria /assessoria técnica e documental com ou sem transferência de tecnologia; e a participação em joint ventures ou outras sociedades como quotistas, acionista ou sócia. <b>Xenobrasil Desenvolvimento e Pesquisas sobre Xenotransplante no Brasil Ltda.</b> – Localizada em Hortolândia/SP, constituída em 08 de junho de 2020, tem por objeto a realização de pesquisas, desenvolvimento, inovação, aperfeiçoamento, solidificação e divulgação de técnicas e conhecimentos relacionados à sistemática do método de xenotransplante no Brasil, visando a produção de órgãos adicionais não-humanos geneticamente modificados para transplante em humanos e futura comercialização e exploração das patentes e biotecnologias desenvolvidas. A empresa não possui ainda nenhuma movimentação financeira e portanto, não há saldos a serem consolidados. <b>Rio Biofarmacêutica Brasil Ltda. ("RBBL")</b> – Localizada em Hortolândia/SP, é uma empresa constituída em 28 de abril de 2021 que tem como objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos, próprios e de terceiros; a prestação de serviços administrativos, consultoria /assessoria técnica e documental com ou sem transferência de tecnologia. Nas demonstrações financeiras individuais, a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os seguintes critérios: • Eliminação dos saldos de contas do ativo e passivo, entre as empresas consolidadas; • Eliminação dos investimentos e resultado da equivalência patrimonial nas empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; • Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; • Eliminação do lucro nos estoques e venda de ativo imobilizado, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas; As seguintes políticas
Ajustes de Depreciação e amortização	-	334	
Provisão (reversão) para perdas de créditos estimados do contas a receber	21.930	-	
Provisão para perda do valor recuperável (impairment)	(21)	(786)	
Provisão para processos judiciais	(508)	957	
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
Contas a receber de clientes	2.049	50.772	
Estoques	12	(169)	
Tributos a recuperar	(261)	2.135	
Outros recebíveis	119	(119)	
Fornecedores e outras obrigações	(238)	(696)	
Depósitos judiciais	(74)	(61)	
Tributos a recolher	(31)	(4)	
Fornecedores com partes relacionadas	(173)	173	
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>177</b>	<b>53.637</b>	
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos e financiamentos</b>			
Redução de capital social	-	(31.208)	
Dividendos pagos aos acionistas/ quotistas do Grupo	(6.000)	(18.793)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos e financiamentos</b>	<b>(6.000)</b>	<b>(50.001)</b>	
<b>Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>	<b>(5.823)</b>	<b>3.636</b>	
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)</b>	<b>8.634</b>	<b>4.998</b>	
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)</b>	<b>2.811</b>	<b>8.634</b>	
<b>EMS Sigma Pharma Ltda.</b> – Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos similares em âmbito nacional. Atualmente, possui apenas uma linha de produção, os demais produtos comercializados são adquiridos da controladora para revenda. A partir de novembro 2018 a EMS Sigma passou à condição de embaladora dos produtos fabricados pela Novamed/AM a partir do Regime Especial de Industrialização por Encomenda obtido no Estado de São Paulo e anuído pelo Governo do Amazonas. <b>Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.</b> – Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos genéricos em âmbito nacional. Atualmente, possui apenas uma linha de produção,			
<b>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas</b>			
À Diretoria e aos Acionistas da <b>EMS S.A.</b> <b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EMS S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da EMS S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Principais assuntos de auditoria:</b> Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. <b>Provisões e Passivos Contingentes Tributários:</b> Por que é um PAA: Conforme divulgado na nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuem assuntos de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais, para os quais, com base em opinião de seus consultores jurídicos, nas demonstrações financeiras individuais foi constituída provisão para riscos no montante de R\$37.861 mil àquelas classificadas como risco provável de perda, e nas demonstrações financeiras consolidadas R\$37.913 mil e divulgou R\$1.696.824 mil (R\$1.934.880 mil em 31 de dezembro de 2022) e R\$1.707.501 (R\$1.940.954 mil em 31 de dezembro de 2022), na controladora e consolidado, respectivamente, para os riscos classificados como de perda possível. Tais assuntos dependem de julgamentos críticos da Administração. Além disso e, considerando a materialidade dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que impactam a determinação do prognóstico de eventuais perdas podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) Entendimento dos procedimentos estabelecidos pela Administração para identificar e monitorar o andamento dos processos tributários relevantes. ii) Confirmação junto aos consultores jurídicos contratados pela Companhia dos valores e prognósticos de perda dos processos tributários. iii) Envolvimento de especialistas tributários e profissionais mais experientes, na avaliação de determinadas opiniões de outros consultores jurídicos obtidas pela Administração da Companhia, julgadas relevantes pelo time de auditoria, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como avaliar os argumentos, as jurisprudências e/ou a estratégia de defesa adotada pelos consultores jurídicos da Companhia. iv) Execução de teste, em base amostral, sobre determinadas adições permanentes na apuração de imposto de renda e contribuição social relacionadas a subvenção de ICMS ocorridas no exercício, a fim de avaliar a ocorrência e exatidão das transações. v) Avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos aceitáveis as estimativas da Administração da Companhia relacionadas as provisões e passivos contingentes tributários no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. <b>Outros assuntos:</b> As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 8 de março de 2023, sem ressalva. <b>Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:</b> A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Campinas, 28 de março de 2024. <b>Deloitte Touche Tohmatsu</b> Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011.609/O-8 <b>Fernando Augusto Lopes Silva</b> Contador – CRC nº 1 SP 250.631/O-7			

**Neon Pagamentos S.A. – Instituição de Pagamento**  
CNPJ/ME nº 20.855.875/0001-82 – NIRE 35.300.476.581  
**Ata de Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 04 de abril de 2024**  
**Data, hora e local:** 04/04/2024, às 12h00, na sede social da Companhia. **Convocação e presença:** Dispensada, face a presença da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Jamil Saud Marques;** Secretário: **Cristiano Fernandes da Silva.** **Deliberações aprovadas por unanimidade: Sessão Extraordinária:** (i) Fica aprovado que o "Jornal Data Mercantil" passará a ser o órgão de imprensa privada para a divulgação das publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/76. **Sessão Ordinária:** (i) As Demonstrações Financeiras da Companhia, a saber: Balanço Patrimonial, Resultado do Exercício; Resultado Abrangente; Mutações do Patrimônio Líquido; Fluxo de Caixa; Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) O prejuízo do exercício findo em 31/12/2023, de R\$ 880.583.730,81, seja acrescido à conta de "Prejuízos Acumulados". **Encerramento:** Nada mais a tratar. São Paulo/SP, 04/04/2024. **Mesa:** Jamil Saud Marques – Presidente; Cristiano Fernandes da Silva – Secretário. JUCESP nº 154.516/24-7 em 18/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

**Neon Consiga Mais Cobrança e Serviços S.A.**  
CNPJ/ME nº 29.229.539/0001-07 – NIRE 35.300.552.482  
**Ata de Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 04 de abril de 2024**  
**Data, Hora e Local:** Em 04/04/2024, às 09:00, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Sr. Jamil Saud Marques e Secretário: Sr. Cristiano Fernandes da Silva. **Deliberações tomadas por unanimidade: Sessão Extraordinária:** (i) As publicações ordenadas pela Lei 6.404/76, passam a serem realizadas na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). **Sessão Ordinária:** (i) Aprovar as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) Aprovar que o prejuízo do exercício findo em 31/12/2023, no montante de **R\$ 29.908.934,21** seja acrescido na conta de Prejuízos Acumulados da Companhia; e (iii) Aprovar a reeleição dos atuais membros da diretoria, a saber: **Diretor Executivo I: Pedro Henrique de Souza Conrade**, RG nº 36.530.694-0 SSP/SP e CPF/ME nº 370.749.96858. **Diretor Executivo II: Cristiano Fernandes da Silva**, RG nº 23.429.472-3 e CPF/MF nº 279.401.628-88. **Fernando Carvalho Botelho de Miranda**, RG nº 26.556.468.2 e CPF/MF nº 252.119.478.60. **Jamil Saud Marques**, RG nº 24.501.197-3 e CPF/ME nº 312.645.158-63. **Juliana Noriko Yamada**, RG nº 35.013.989-1 e CPF/ME nº 224.294.718-41. **Paula Oliveira Martinelli**, RG nº 25.054.424-6 e CPF/MF nº 315.799.548-04. **Victor Hugo Maranhão de Loyola**, RG nº 39.137.500 IPR e CPF/ME nº 874.224.099-91. (iii.a) O mandato dos diretores ora reeleitos é de 3 anos e se estenderá até a posse dos que forem eleitos na AGO de 2027. (iii.b) Os diretores, ora reeleitos, apresentaram a declaração de que não estão impedidos, por lei especial, de exercerem a administração da sociedade e nem condenados ou sob efeito de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. **Encerramento:** Nada mais a tratar. **Mesa:** Sr. Jamil Saud Marques, Presidente e Sr. Cristiano Fernandes da Silva, Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 190.001/24-0 em 25/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

**Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**  
CNPJ/ME nº 61.723.847/0001-99 – NIRE 35.300.016.092  
**Ata de Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 04 de abril de 2024**  
**Data, hora e local:** 04/04/2024, às 10h00, na sede social da Companhia. **Convocação e presença:** Dispensada, face a presença de representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Sr. Jamil Saud Marques;** Secretário: **Sr. Cristiano Fernandes da Silva.** **Deliberações: Sessão Extraordinária:** i. As publicações ordenadas pela Lei 6.404/76 passar a ser realizadas na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). **Sessão Ordinária:** i. Aprovar as Demonstrações Financeiras da Companhia, a saber: Balanço Patrimonial, Resultado do Exercício; Resultado Abrangente; Mutações do Patrimônio Líquido; Fluxos de Caixas; Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023; e ii. Aprovar que o prejuízo do exercício findo em 31/12/2023, de R\$ 951.331.000, seja acrescido à conta de "Prejuízos Acumulados" para ulterior deliberação. **Encerramento:** Nada mais a tratar. **Mesa:** Jamil Saud Marques, Presidente; e Cristiano Fernandes da Silva, Secretário. São Paulo/SP, 04/04/2024. JUCESP – Registrado sob o nº 154.697/24-2 em 17/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

**Cotação das moedas**

Coroa (Suécia) - 0,4743	0,005803
Dólar (EUA) - 5,1356	Peso (Chile) - 0,005621
Franco (Suíça) - 5,6641	Peso (México) - 0,3049
Iene (Japão) - 0,03281	Peso (Uruguai) - 0,1333
Libra (Inglaterra) - 6,4657	Yuan (China) - 0,71
Peso (Argentina) -	Rublo (Rússia) - 0,05624
	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,5562

**Data Mercantil**  
A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco: **comercial@datamercantil.com.br**

## Negócios

### Petrobras só comprará 100% da Braskem em caso de risco extremo, diz diretor



O diretor financeiro da Petrobras, Sergio Caetano Leite, afirmou na terça-feira (14) que a estatal prefere ter um parceiro na Braskem e que eventual compra de 100% da petroquímica só ocorreria em caso de “risco extremo”.

“A Petrobras não vai deixar o ativo se deteriorar”, disse em teleconferência com analistas para detalhar o resultado do primeiro trimestre de 2024 da petroleira, que registrou queda de 38% no lucro do período, para R\$ 23,7 bilhões.

A possibilidade de compra da fatia da Novonor (ex-Odebrecht) na Braskem havia sido levantada pelo presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, em entrevista

à agência EPBR na semana passada, diante de retirada de proposta pela Adnoc, dos Emirados Árabes Unidos.

A Novonor já recebeu três ofertas de compra de sua participação na petroquímica, mas todas foram retiradas. Atualmente, a operação é avaliada pela estatal de petróleo do Kuwait, que ainda não formalizou proposta.

A Petrobras é sócia na Braskem. Por isso, tem a opção de vender sua fatia pelas mesmas condições oferecidas à Novonor ou de comprar a porção de sua parceira por condições semelhantes à oferta vencedora. Pode, ainda, adquirir a participação da Novonor para depois revender, como afirmou Prates.

“O modelo que a Petrobras mais vê com bons olhos

é o modelo de uma cogestão, no qual a Petrobras não seria majoritária na operação”, disse Leite nesta terça. Um cenário em estudo seria elevar sua fatia dos atuais 47% para até 50%, continuou.

Mais tarde, em entrevista coletiva, ele afirmou que “o cenário desejado é que apareça um parceiro que coloque uma proposta firme, que seja do setor de petróleo e gás e que possa acompanhar a Petrobras em eventuais investimentos”.

A compra total, ressaltou, só seria feita em caso de falta de ofertas de terceiros. Leite destacou, porém, que a operação seria estruturada de modo a não impactar o endividamento da estatal, hoje no menor nível desde 2010.

Nicola Pamplona/Folhapress

### Nubank mais que dobra lucro líquido no 1º trimestre, para US\$ 378 milhões

O Nubank anunciou nesta terça-feira, 14, lucro líquido de US\$ 378,8 milhões em sua holding no primeiro trimestre deste ano, um salto de 167% em relação ao mesmo período do ano passado.

As receitas do banco, que este mês superou a marca de 100 milhões de clientes no mundo, fecharam março em patamar recorde, de US\$ 2,7 bilhões, crescimento de 64%, puxado pelo aumento do crédito, com o avanço de linhas como empréstimo pessoal e cartão de crédito.

Analistas esperavam, em média, lucro líquido de US\$ 404,8 milhões de dólares, segundo projeções compiladas pela LSEG.

O retorno anualizado sobre o patrimônio (ROE, na sigla em inglês) do banco digital saiu de 11% há um ano e fechou o primeiro trimestre em 23%, e chega a 27% se considerar o resultado ajustado,

nos dois casos um dos mais altos do sistema bancário brasileiro. O BTG Pactual fechou o primeiro trimestre com 22,8%. No Itaú, o indicador consolidado ficou em 21%. No caso do banco digital, se for considerar apenas a operação do Brasil, a rentabilidade sobre o patrimônio supera 40%.

“Mesmo em um trimestre sazonalmente fraco conseguimos superar as expectativas e ter retorno sobre o capital de mais de 27%”, disse o diretor financeiro do Nubank, Guilherme Lago. Os três primeiros meses do ano costumam ser marcados por maior inadimplência e perda de fôlego do consumo, por causa dos maiores gastos das pessoas de final de ano.

No Nubank, a inadimplência de curto prazo, para atrasos entre 15 a 90 dias, subiu de 4,1% do final do quarto trimestre de 2023 para 5% em março. Para atrasos acima de 90 dias subiu de 6,1% para 6,3%.

IstoÉDinheiro



### Gol perde demanda e vê lucro virar prejuízo no 1º trimestre



Em meio a uma recuperação judicial nos Estados Unidos, a Gol informou na terça-feira (14) que teve um prejuízo líquido ajustado de R\$ 130 milhões no primeiro trimestre deste ano. No mesmo período do ano passado, a companhia havia relatado lucro ajustado de pouco mais de R\$ 136 milhões.

Nos três primeiros meses deste ano, a demanda da empresa marcou 8,97 milhões de RPK, indicador que representa a quantidade de passageiros transportados por quilômetro. O número caiu 4,1% em relação ao primeiro trimestre do ano passado.

A queda foi impulsionada pelo mercado doméstico, no qual a empresa registrou tombo de quase 9% na demanda, na mesma base de compara-

ção. Para passageiros internacionais, houve crescimento de 39,6%.

No mesmo período, a companhia diminuiu sua oferta em cerca de 4%.

A leva de resultados da Gol divulgada nesta terça é a primeira desde que a companhia aérea entrou com pedido de Chapter 11 (equivalente à recuperação judicial no Brasil) na Justiça dos Estados Unidos, no fim de janeiro. Na ocasião, a empresa anunciou US\$ 8,3 bilhões em dívidas.

Segundo a Gol, do US\$ 1 bilhão garantido em financiamento de empréstimo DIP (sigla para “debtor in possession”), modalidade específica para empresas em situação financeira difícil, US\$ 550 milhões foram sacados até o final do primeiro trimestre deste ano.

Em comunicado divulgado junto aos resultados, o diretor-presidente da companhia, Celso Ferrer, afirmou que a Gol manteve “uma abordagem disciplinada no controle de custos” e que a empresa avançou no processo de reestruturação.

A receita operacional líquida da empresa aérea fechou os três primeiros meses em torno dos R\$ 4,7 bilhões, uma queda de 4,2% na comparação com o primeiro trimestre de 2023.

Já o Ebitda recorrente, indicador que mede a geração de caixa, cresceu 15% na comparação interanual e chegou a pouco mais de R\$ 1,4 bilhão.

Entre janeiro e março, a Gol informou ter recebido duas novas aeronaves do modelo Boeing 737 MAX 8.

Folhapress